ATA NÚMERO DEZASSEIS

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. ----

----- Ao décimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta e minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua quinta sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes, em edital datado de dez de dezembro com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** ----------

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal; ----------

2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal; ----------

3. Período da Ordem do Dia: ----------

3.1. Apreciação e votação das atas n.^{os} dez, onze e doze de dois mil e dezoito;----------

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal; ----------

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e dezanove; ----------

3.4. Autorização prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e dezanove; ----------

3.5. Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e dezanove – dois mil e vinte e dois. Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e dezanove dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia; ----------

3.6. Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezanove dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia; ----------

3.7. Documentos Previsionais dois mil e dezanove da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. e da Fundação do Conservatório de Música da Maia; ----------

3.8. Tributação do Património: Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar no ano de dois mil e dezanove, para cálculo da coleta de IMI do exercício de dois mil e dezoito. ----------

O Senhor Presidente, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes, dando nota dos seguintes pedidos substituição: do Senhor Deputado Rui Leandro Maia, sendo substituído pelo Senhor Sérgio Alexandre da Silva Gomes; do Senhor Deputado Paulo Sérgio Rocha, sendo substituído pela Senhora Maria João Neno Escobar; da Senhora Deputada Carla Susana Dias, sendo substituída pelo Senhor Manuel Francisco Figueiredo e do Senhor Deputado Rui Moreira, sendo substituído pela Senhora Beatriz Pereira Faria Andrade Ferreira. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a quatro**. Verificadas as presenças, constatou-se a presença de todos os Deputados convocados, com exceção dos Senhores Deputados João José de Magalhães Torres, João Pedro Guimarães Pinto e Manuel Moreira Azenha. Informou os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, que o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as

inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar.----------

1. <u>Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal</u>: ----------

------ Inscreveram-se os (as) Senhores (as) Deputados (as):----------

Carla Susana Fernandes Ribeiro, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**.----------

Maria Clara Costa Lemos, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis**.----------

Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta, após cumprimentar todos os presentes, leu os documentos identificados com os números **sete e oito**.----------

Joaquim Manuel Meireles, após cumprimentar todos os presentes, começou por saudar todos os que tiveram a paciência e responsabilidade de os ouvir ao longo deste ano de dois mil e dezoito. A posição da Coligação "Um Novo Começo", neste hemiciclo, seria sempre defender os valores democráticos bem como contribuir para que a sociedade seja mais justa por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientava contra a verdade, a moral, a boa administração e o bem comum. Bem sabaim, porque tinham memória que, ao longo deste ano, neste órgão deliberative, nem sempre tiveram o respeito que se exigia e a lei contemplava, por parte da maioria que o tutelava. A título de exemplo, A permissa oratória pela Mesa nas intervenções a determinados deputados em que não era respeitado o princípio da igualdade entre outros, a transparência e fornecimento de documentos, essencial ao exercício da responsabilidade de todos os deputados. A ausência de respostas às questões colocadas, nomeadamente ao Senhor Presidente de Câmara que reiteradamente se esquecia que estava no órgão com poderes de fiscalização ao seu Executivo. Recordavam a recente aprovação pela maioria desta Assembleia, da permissa de subtrair dos cofres da Autarquia, a quantia de um

milhão quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco euros e nove cêntimos, relativo à inexistência de bens penhoráveis do devedor Tecmaia, resultante da instauração de processo de execução fiscal por dívidas relativas a IRS, revertidas para os administradores. A este propósito, faziam questão em relembrar a notícia de dezoito de novembro de dois mil doze, vinda a público através do jornal "Priemira Mão", onde disse o Senhor Presidente da Câmara, à data, relativamente à Lei cinquenta de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, que visava a Tecmaia, passando a citar: "o Estado tem quarenta por cento e nós cinquenta e um por cento. Mas o facto era que não estava atento às suas próprias sociedades. Lamenta. O Eng.º Bragança Fernandes já alertou o Governo, o Parlamento e o Presidente da República e solicitou uma alteração à lei, caso contrário, a maior parte destes parques vai ter que fechar. Contudo, ainda não recebeu qualquer resposta ao seu descontentamento". Não há dúvidas quanto às responsabilidades na gestão desastrosa da Tecmaia cujas portas se fecharam com a relevância de serem tuteladas pelo seu próprio partido. Posto isto, e eventualmente ser impedido de o fazer, faço votos de boas festas para todos os presentes e aos demais maiatos o maior desejo de um Feliz Natal e um Bom Ano Novo. ----------

Ângelo Miguel Costa Augusto, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **nove**.----------

Francisco José de Magalhães Couto e Silva, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento – Moção Ficocables – identificado com o número **dez**. Aproveitou para neste terceiro ponto, porque parecia que tinha levantado algumas dívidas, para dar uma explicação: o Grupo Ficosa, grupo internacional de quem a Ficocables fazia parte.----------

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira, após cumprimentar todos os presentes, apresentou um Voto de Louvor ao maiato João Veloso da Silva Torres, pela nomeação como Secretário de Estado da Defesa do Consumidor do XXI Governo Constitucional da República Portuguesa – documento identificado com o número **onze**. De seguida, leu o Voto de Pesar

pelo falecimento do Senhor Fernando de Almeida, documento identificado com o número **doze**.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer à Senhora Deputada do PAN que iria falar com a Doutora Emília Santos, que era a vereadora do pelouro da ciência para falar com ela pessoalmente, se assim o entendesse, e esclarecer das diligências que estavam a ser feitas com o ICBAS e com a Universidade do Porto no sentido, obviamente, que tudo seja acautelado, porque tanto quanto sabia, este Centro de Investigação e Desenvolvimento, na área animal, estava a ser desenvolvido em termos de projetos, já para ser lançado concurso da empreitada no próximo ano, e passado talvez dois anos já poderia estar concluída a sua obra por poder entrar em funcionamento. Este Centro iria ser um centro de excelência e referência quer nacional quer internacional e, portanto, essas preocupações que a Senhora Deputada do PAN colocava eram também as do Executivo, e por certo seriam as preocupações da comunidade científica que tinham este projeto em mãos. Quanto à questão dos gases químicos, deu nota que não tinha conhecimento disso, mas tomou nota na zona do Cavaco, em Vermoim, iria ver o que se estava a passar e iria entrar em ação no sentido de verificar se era alguma empresa que estava a provocar esta incomodidade e falar com a APA e com a Comissão de Coordenação da Região Norte, no sentido de verificar se efetivamente existia algum problema. Quanto à questão das ruturas nas condutas, admitia que tivesse havido alguma perturbação a esse nível nessa conduta, em fibra de vidro, que vinha do Reservatório de Pedrouços e que abastecia essa zona da cidade. Mais deu nota que no próximo ano iria ser substituída, e na zona da cidade na Rua Afonso Henriques iria ser toda ela substituída, fazendo parte do plano de atividades e orçamento dos Serviços Municipalizados para dois mil e dezanove. Era um problema que tinham e com o qual tinham com conviver com ele, dentro do possível. Salientou que tinham sempre soluções alternativas de abastecimento, e em alguns

locais essa alternância não era de todo possível, mas tentavam da melhor forma resolver o problema para que a incomodidade fosse a menor possível. De qualquer modo, estava programado fazer uma substituição da conduta nesse troço que era em fibro de vidro, por forma a que esse tipo de problemas deixasse de existir a curto prazo. Quanto à questão do Senhor Deputado Francisco José de Magalhães Couto e Silva e da Ficocables, informou que também tinha tomado nota, salientando que não tinha conhecimento mas também não era obrigado a saber isso. Era um assunto laboral, mas tinha uma boa relação com essa empresa, que empregava hoje qualquer coisa como mil e duzentos trabalhadores. Estava em expansão e ainda agora tinha acabado de ampliar as suas instalações numa nova unidade que iria entrar em funcionamento dentro de poucas semanas, eventualmente no início do ano, e há cerca de dois anos e meio já tinha feito uma outra ampliação, sendo portanto uma empresa de referência. Admitia que pudesse haver alguns problemas em termos de salários, não de pagamento, mas em termos de nível salarial mas que a Câmara não podia intervir dado que não mandava nas empresas, nem a Assembleia Municipal. Podia muito bem, um dia destes, falar com a Administração da empresa e tentar perceber se havia aqui algum problema, dado que havia algumas greves parciais, e tentar influenciar, dentro da sua capacidade de influência, junto de quem geria e de quem dirigia empresa no sentido de dar as melhores condições aos colaboradores que lá trabalhavam. Depois também demonstrou querer associar-se, quer à proposta que o Senhor Deputado Ângelo Miguel Costa Augusto, sobre o vinte e cinco de novembro, ao Voto de Louvor ao Eng.º João Veloso e também ao Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Almeida, dando nota que a Câmara Municipal também tinha aprovado, em sede de reunião camarária.----------

------ Colocada à admissão a Moção "Ficocables", apresentada pelo BE, identificada com o número **dez,** foi a mesma **admitida por unanimidade**.----------

------ Ninguém se inscreveu.----------

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**----------

------ Colocada à admissão o Voto de Louvor ao Eng.º João Torres, apresentado pela Coligação "Maia em Primeiro", identificado com o número **onze,** foi o mesmo **admitido por unanimidade.**----------

------ Ninguém se inscreveu.----------

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por maioria, com duas (2) abstenções da CDU.**----------

------ Colocada à admissão o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Almeida, apresentado pelo BE, identificado com o número **doze,** foi o mesmo **admitido por unanimidade.**----------

------ Ninguém se inscreveu.----------

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.**----------

2. <u>Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal</u>:----------

---- Inscreveram-se os Munícipes:----------

João Couto Lopes, morador na Rua A, n.º trinta e três, na freguesia de Vila Nova da Telha, interveio para falar sobre acessibilidades – documento identificado com o número **treze**;-------

Maria Emília Gonçalves de Freitas Mendes e Silva, moradora na Rua Dr. Joaquim Nogueira dos Santos, n.º duzentos e noventa e quatro, na freguesia de Nogueira e Silva Escura, interveio para falar da existência de uma barraca clandestina, de queimadas diárias de materiais tóxicos – documento identificado com o número **catorze**;----------

Manuel José Gonçalves de Sousa, morador na Rua Artur Napoleão, n.º cento e onze, r/c, esq.º, na freguesia da Senhora da Hora, interveio para elogiar a Dona Jacinta, o Arq.º Sérgio Antão, o Senhor Vereador, Dr. Paulo Ramalho e o Senhor Presidente da Câmara Municipal – documento identificado com o número **quinze**;----------

3. Período da Ordem do Dia:----------

3.1. Apreciação e votação das atas n.os dez, onze e doze de dois mil e dezoito:----------

----- Feitas as retificações às atas, nomeadamente na ata onze, na página oito, estão escritos dois votos contra do BE e da CDU, deve-se ler quatro votos contra e na ata número doze, na página dezanove, onde se lê e sendo vinte e quatro horas do dia vinte e oito de setembro, deve ler-se e sendo zero horas do dia vinte e oito de setembro. Colocadas à votação as atas, e depois de feitas as retificações às atas onze e doze, foram as mesmas **aprovadas por unanimidade.**----------

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal – documento identificado com o número **dezasseis:**----------

----- Ninguém se inscreveu.----------

----- A Assembleia tomou conhecimento.----------

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e dezanove:----------

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados:----------

Manuel Alfredo da Rocha Maia, após cumprimentar todos os presentes, salientou que uma vez a maioria que governava a Câmara Municipal trazia a esta Assembleia Municipal uma proposta de plano e orçamento sem se ter dado à maçada democrática de colher opiniões e contributos dos partidos não representados no Executivo, em flagrante e reiterada violação do Estatuto do direito de Oposição, numa altivez antidemocrática que não aceitavam. Se era assim no atual regime das autarquias locais o que seria se fossem estabelecidos os Executivos monocolores que alguns ansiam. Pelos vistos, a Câmara não necessitava de oposição senão para simular o consenso para decisões simbólicas com as quais poderia talvez obter alguma legitimidade pública ampliada que a simples maioria não conferia suficientemente. Consenso esse que se dispensava pelos vistos mal se desligavam os holofotes. Era disto o expoente

significativo o processo de aquisição da Quinta dos Cónegos, no Verão de dois mil e dezassete pela significativa quantia de três milhões e seiscentos mil euros, que a CDU tinha apoiado, no pressuposto de que esta operação se destinava e iria citar da deliberação "garantir que um património tão simbolicamente significativo se torne espaço de memória e de fruição pública para toda a comunidade concelhia da Maia". Como este mesmo grupo municipal salientou na sessão de nove de junho de dois mil e dezassete, o investimento de valor tão elevado obrigava que a utilização e fruição daquele património fosse pensada maduramente e que esse projeto tivesse o debate público e o envolvimento da população que o fizesse, de facto, pertença de todos. Mas não estava a ser assim. Não havia envolvimento de ninguém, muito menos dos grupos da oposição, confrontados com uma previsão de meio milhão de euros já no exercício que findava, para intervenções de adaptação e de recolha de requalificação dos espaços do edificado e espaços exteriores, embora sem valor definido, regressando aos documentos agora em debate com financiamento para o mesmo fim de cento e sessenta mil euros dos quais estavam definidos sessenta mil. Havia também verbas para as atividades. Tudo isto sem se conhecer qualquer programa de utilização do solário, dos jardins e sem que tivesse havido qualquer envolvimento na elaboração deste programa e muito menos qualquer espécie de consulta. Por outro lado, apesar do investimento vultuoso realizado na sua aquisição, não admiraria que a Quinta dos Cónegos passasse a integrar o vasto lote de dezenas e dezenas de projetos que brilhavam em denominação, em muitos casos, em montantes inscritos, mas que transitavam de exercício para exercício, anos a fio e sem financiamento. Nestes mesmos documentos que estavam agora em discussão, estavam introduzidos para dois mil e dezanove, uns quarenta novos projetos, grande parte deles com verbas não definidas de que podemos dar como exemplos significativos só no Master Plan do Sobreiro, a construção do Centro Comunitário, no valor de dois milhões e meio de euros, a construção de habitação social – três milhões e duzentos mil euros e uma intervenção nos espaços públicos de

seiscentos mil euros, tudo isto previsto, mas sem que estivesse definido um cêntimo que fosse. Na ligação pedonal entre o Parque da Casa do Alto e o Parque Desportivo de Cutamas dos duzentos mil euros previstos, nem um estava definido. Assim como não havia verbas definidas para a beneficiação de ruas em várias freguesias - Vila Nova da Telha, Águas Santos, Milheirós e Pedrouços. Umas constants, como projeto para dois mil e dezanove e outras vindas detrás, apontando como exemplo, a famosa via estruturante da Granja entre a Estrada Nacional duzentos e oito e os limites do concelho a sul com Rio Tinto, na freguesia de Águas Santas, onde jazia há mais de duas décadas, um viaduto sobre a autostrada. Assim, como apesar das boas intenções, não havia um cêntimo definido para as operações de gestão de faixas de combustível, no âmbito da prevenção de incêndios florestais. Registava-se que o orçamento evidenciava um superavit superior a seis milhões e seiscentos mil euros, sendo positivo ter uma almofada financeira, mas não se podia desprezar os investimentos necessários. Em relação aos investimentos na área social, nomeadamente em estabelecimentos de apoio à infância e à terceira idade, verificava-se mais uma vez, que o Município diretamente ou por intermédio das Juntas de Freguesia, se demitia da iniciativa, transferindo importantes verbas para entidades particulares e isso ajudava a explicar como as transferências correntes e de capital continuavam a registar um profundo desequilíbrio com as Juntas de Freguesia, recebendo apenas um milhão e setecentos mil euros, ao passo que para as instituições sem fins lucrativos transitariam dois milhões e meio. Em matéria de externalização de tarefas e responsabilidades, um exemplo muito expressivo era a aquisição de serviços de trabalhos especializados entre os quais podiam destacar a contratação de empresas especializadas, incluindo para além da compra de material vegetal, para a área dos espaços ajardinado de jardins e parques, quando a Câmara poderia e deveria reconstituir os seus próprios viveiros e as suas próprias equipas de jardineiros, como a expressão de uma identidade própria também na arte dos jardins e até de prestígio como acontecia em muitos Municípios. A propósito,

observava-se nestas Grandes Opções do Plano e neste Orçamento que a despeito da propagandeada qualidade ambiental e dos espaços verdes não havia uma linha, uma sílaba que fosse muito menos um cêntimo dedicado ao gravíssimo problema das plantas invasoras, desconhecendo-se aliás, qualquer plano, qualquer projeto, qualquer ação para o controlo e radicação de uma ameaça muito séria, à diversidade da nossa flora e da nossa fauna. Ainda em matéria de pessoal próprio para qual está consignada uma verba da ordem dos quatrocentos mil euros para os recrutamentos, mas em relação à qual era apresentada pelo menos uma aparente contradição, quando na área da educação, ciência e cultura estavam por ocupar, de forma regular e números, lugares. Com efeitos, havia cento e trinta e quatro lugares de técnicos superiores a ocupar e cento e trinta e dois a extinguir, como se explicava isto? Tratavam-se de professores contratados anualmente para as atividades de enriquecimento curricular, piscinas e complexos desportivos num regime de precariedade. Estavam também previstos cento e quarenta e oito postos de assistentes operacionais, faltando contratar nove. Num domínio diferente, a venda de bens de investimento, não se entendia como iria ser alienado o lote número dois, na operação de loteamento, da nova Praça do Oxigénio, no Bairro do Sobreiro, tendo em conta e era por isso que não se compreendia o ambicioso projeto de reabilitação dos espaços públicos infraestruturas deste bairro apresentado em outubro passado. Analisando-se noutro domínio o financiamento comparado da cultura e do desporto continuava-se a assinalar um profundo desequilíbrio nas dotações para atividades culturais das Associações, verificando-se que dos muito insuficientes trinta e cinco mil euros a ela destinados, nenhum financiamento efetivo estava definido para o exercício que se estava a discutir. Já em flagrante contraste, verificava-se que para as atividades desportivas estavam, de facto, definidos cerca de um milhão e quatrocentos mil euros. Como era sabido, a CDU considerava que os apoios às atividades desportivas de importância decisiva para o fomento da prática desportiva, mas tinham o dever de salientar também a importância central que a

dinamização da criação, da produção e da fruição cultural desde logo ao nível das coletividades como factor de formação de públicos e de elevação de bem estar espiritual das populações. Já no que se referia aos transportes, assinalava-se como muito importante a manutenção da verba de um milhão e novecentos mil euros, ainda que não definidos, para o prolongamento da linha do metro do Porto entre o ISMAI e a Trofa, exigência que sabiam muito cara à CDU, única força a bater-se, desde sempre, pela sua concretização. Mas seria bom que a obra avançasse e que além desta, se avançasse também com a construção da linha entre o Hospital de São João e o centro da Maia e pelo que foi dito, ficava expresso que a CDU não se revia, naturalmente, neste plano nem neste orçamento e nestas GOP e que votaria contra neste ponto.----------

Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta leu o documento identificado com o número **dezassete**.----------

Manuel Joaquim Meireles deu nota que os deputados da Coligação "Um Novo Começo" não se reviam nesta proposta de aprovação de Grandes Opções do Plano e Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e dezanove, desde logo, porque, primeiro, constatava-se que não foi respeitado o direito dos Vereadores desta Coligação, aos quais cabiam também pronunciarem-se sobre o processo de apresentação, discussão e aprovação das GOP e Orçamento para dois mil e dezanove. Da análise documental, não havia motivos que relevassem em alteração à posição da Coligação, relativamente ao ano de dois mil e dezoito, em função do que estava vertido nas GOP e Orçamento para dois mil e dezanove. Destacavam o queixume do poder central, o conjunto de transferências correspondentes e de capital, os fundos de equilíbrio financeiro, social, municipal e participação no IRS, quadro de apoio Portugal vinte vinte, protocolo com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, o fornecimento de refeições escolares e atividades de enriquecimento curricular. Contrariamente aos queixumes apresentados, foi

graças a este Governo, que apelidavam de gerigonça que tinha permitido o êxito dos fundos comunitários para o desenvolvimento local e coesão territorial, permitindo que a Câmara Municipal da Maia contabilizasse até dois mil e vinte e um, o correspondente a vinte e cinco por cento da receita total do orçamento de dois mil e dezanove. Para efeitos da execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, não esquecendo a previsão para os próximos três anos, mais de vinte e dois ponto cinco milhões de euros em que apenas três escolas seriam contempladas com três ponto cinco milhões de euros. Mas o que os preocupava era a taxa de execução do PEDU para dois mil e dezaonve, atendendo ao montante de dezassete ponto oito milhões de euros previstos para a sua concretização, em que apenas vinte e três por cento seria executado no próximo ano. Porque o queixume sobre o poder central não tinha razão de ser, demonstrando-se a proveniência de vinte e cinco ponto sete milhões de euros num orçamento de oitenta e oito milhões de euros desta Autarquia, quando se falava de vinte e nove por cento do orçamento para dois mil e dezanove. O orçamento da Câmara Municipal para o próximo ano estimava-se em cerca de oitenta e oito milhões de euros, refletindo um aumento de dez por cento face ao ano anterior. Destacava-se a receita de dois ponto sete milhões em receitas correntes, receita de capital a um aumento de cinco ponto quatro milhões de euros. Nas despesas verificava-se um aumento de bens de capital, destacando-se dois ponto dois milhões de euros, operações de aumento de capital da empresa Espaço Municipal no montante global de três ponto cinco. Esperava a Coligação que não fosse mais um buraco. As verbas orçamentadas para as Juntas de Freguesia eram irrelevantes dadas as tarefas que lhe eram atribuídas porque urgia evoluir drasticamente na relação com este órgão autárquico, cujas dotações orçamentais se exigiam adequadas ao exercício proporcional no desempenho. Poder-se-ia concluir que este orçamento vertia, em grande parte, de verbas provenientes da Administração Central e relevava por não ter um instrumento participativo, contribuindo para

mais transparência. Assim neste quadro orçamental e de plano era entendimento da Coligação que não estavam reunidas as condições essenciais para se validar documentos previsionais, pelo que votariam contra.----------

Sérgio Alexandre da Silva Gomes, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, destacavam a rúbrica que continuava a não ser retratada e consideravam ser um ponto de elevada importância para a promoção e participação ativa dos cidadãos maiatos, de forma a que estes tivessem oportunidade de exprimir os seus anseios e respetivos projetos construtivos, alavancando assim um trabalho conjunto entre munícipes e o Município, através do orçamento participativo. Relembrou que na revista divulgada em campanha eleitoral, pela Coligação "Maia em Primeiro", constava o seguinte ponto: fomentar a participação e responsabilização, passando a citar: "Na certeza de que juntos vamos mais longe, queremos envolver ainda mais os maiatos, as empresas, as instituições nos processos de planeamento, de decisão e implementação dos projetos estruturais para a Maia. Uma governação aberta, participada e transparente será a base para o desenvolvimento de todos, a decisão e implementação de projetos de natureza local com impacto direto no dia a dia dos maiatos. Mais do que colocar simplesmente à votação um conjunto de projetos, iremos alocar parte do orçamento municipal para apoiar e alavancar ideias que os maiatos entendam como as mais úteis para o desenvolvimento da sua comunidade e nas quais serão co-promotores ativos do Município". Sendo este um ponto de convergência do projeto de governação da com a Coligação "Um Novo Começo" e dado que até ao momento, não se tinha verificado vertido no orçamento nem em dois mil e dezoito nem no agora proposto para dois mil e dezanove, gostariam de saber do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando era que o Executivo pretendia honrar este compromisso assumido com os maiatos e também qual o âmbito dos projetos que o Executivo tencionava propor para o orçamento participativo, depreendendo-se

que estes fossem previamente discutidos com a Vereação da Coligação "Um Novo Começo" e também com outras forças políticas. A Coligação "Um Novo Começo" considerava ser de elevada importância auscultar os anseios e necessidades dos munícipes convictos de que esta seria uma ferramenta muito útil e que permitiria ter um tecido social inclusivo, participativo, construtivo e fomentador da cidadania. ----------

Maria Clara Costa Lemos leu o documento identificado com o número **dezoito**.----------

Alberto Carlos Pires dos Reis e Santos, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dezanove.**----------

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira leu o documento identificado com o número **vinte**.----------

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte e um**.----------

O Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago, usou a palavra para esclarecer algumas questões levantadas: em relação à Quinta dos Cónegos, aquilo que foi dito, num passado recente aquando da sua aquisição, permanecia, estando a Quinta aberta todos os dias, a toda a comunidade, desde a manhã até ao fim do dia. Agora na época natalícia, encerrava as portas às dez e meia da noite e estavam a ultimar um plano que iriam poder partilhá-lo e apresentá-lo, proximamente, e para o qual convidaram uma excelente Consultora, que teve cerca de vinte e cinco anos como Diretora-Geral da Fundação de Serralves, que era a Doutora Odete Patrício. Foi a ela que a Câmara Municipal solicitou esse plano, que iria poder ser partilhado com toda a comunidade, quer com o Executivo quer com a Assembleia Municipal. De qualquer modo, o propósito referido com a aquisição da Quinta mantinha-se, sendo a mesma fundamentalmente para a comunidade maiata e para o público em geral. Quanto às questões referidas sobre o Masterplan do Sobreiro, deu nota que estava tudo em grande avanço, tendo a Câmara Municipal recebido recentemente, há cerca de quinze

dias, os vistos do Tribunal de Contas quer do aumento de capital da Espaço municipal para responder às obras de beneficiação e de requalificação quer do Bairro do Sobreiro quer dos conjuntos habitacionais Maia um e Maia dois. As obras já estavam a acontecer em mais cinco blocos e até finais de dois mil e vinte, todo o parque habitacional do Concelho iria ficar devidamente requalificado e não como o Senhor Deputado Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta referiu que as intervenções que estavam previstas no Bairro do Sobreiro e nos outros conjuntos habitacionais não eram intervenções inteligentes e com materiais esteticamente recomendáveis. Era exatamente o contrário, os projetos que quiseram e souberam desenvolver para estas intervenções foram feitos por consultores técnicos especializados e tiveram em todos eles o apoio e a validação do Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, através do Professor Vasco Freitas, que validou as intervenções em termos térmicos e em termos de insonorização acústica, em termos de retirada de todo o amianto que existia nas coberturas e as fachadas iriam ser ventiladas em todos os blocos das quatro torres do Bairro do Sobreiro. Assim, quando o Senhor Deputado visse, iria mudar de opinião, porque não deixaria que estas intervenções não respondessem desta forma eficaz às mais avançadas normas e regulamentos que lhes assistiam. Relativamente à Via Estruturante da Granja, afirmou o Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia que não via nada neste orçamento e que havia um viaduto numa situação de inutilidade há muitos anos anos, mas lembrou o Senhor Deputado que, aqui há uns tempos, a Câmara Municipal e muito por seu intermédio, negociou um pacote de investimentos com a Brisa, cujo protocolo chegou a vir à Assembleia Municipal, no mandato anterior, para ser aprovado. Neste momento, estavam a decorrer as obras no alargamento da A4, que previa a completação desta Via Estruturante da Granja e também a feitura e a utilidade desse viaduto que estava, há largos anos, ali dependurado sobre a A4. O mérito disto tudo era que a Câmara iria gastar zero nesse investimento, quem iria gastar o dinheiro era a Brisa que iria lá dispender qualquer coisa

como seis milhões de euros. O município da Maia iria beneficiar desse investimento da Brisa por vontade, argúcia e capacidade negocial da Câmara Municipal. Portanto, daqui a dezoito meses, convidaria o Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, que era uma pessoa credível e que percebia as coisas, e se as obras não se atrasarem por parte da Brisa e do ACE que já iniciou esses trabalhos de alargamento da A4, uma vez que o túnel já estava alargado e pronto, Foi-lhe dito pela Brisa, aquando de uma conferência de imprensa feita em conjunto, na Quinta do Corim, em Águas Santas, que dezoito meses depois do início da obra, todos esses trabalhos iriam mostrar-se prontos e em plena eficácia. Relativamente à prestação de serviços, deu nota que tinham uma visão diversa, e como bem saberia, a mão-de-obra qualificada, infelizmente, em Portugal, não era a melhor, quer ao nível dos jardineiros quer ao nível de outras artes. Tinham também que saber como e quem era admitido, sob pena de se estar a admitir pessoas e a gastar dinheiro público, e depois essas pessoas não serem capazes de responder às necessidades, por falta de especialização e de capacitação em termos das diferentes artes para as quais pudessem ser contratadas. Assim, nesta via a Câmara Municipal fazia algo diverso e sabia que a CDU e o PCP não concordavam que era recorrer à prestação de serviço porque dava uma maior flexibilidade na missão pública que tinham que responder. Em relação à questão da Metro do Porto e da expansão da linha para a Trofa, aquilo que ele sabia era que este Governo e a Administração do Metro, pelo menos, a Comissão Executiva, vinha dizendo que não estava pelos ajustes em fazer a extensão da linha de metro do ISMAI até à Trofa, que era um compromisso que havia desde o início deste projeto, fazendo parte da primeira fase a linha da rede de Metro do Porto. Ele próprio fazia parte Conselho de Administração da Metro do Porto, como administrador não executivo, e na última reunião, levou dois assuntos: um era exatamente a questão da linha para a Trofa em que referiu que tinha sido aprovado e uma vez que o Governo não queria fazer essa linha, porque ela era economicamente inviável, e segundo lhe disseram, tinha um défice de exploração anual da

ordem dos oitocentos mil euros, pondo de lado o investimento inicial. Nessa reunião, deu nota que, uma vez que havia um compromisso do Estado português aquando da anulação da linha férrea de comboio, era desejável arranjar uma alternativa, uma vez que aquilo que a Metro do Porto tinha feito era *empurrar com a barriga* o assunto. Sugeriu e teve uma reunião com o Presidente da Câmara da Trofa, no sentido de ele analisar o assunto, uma vez que a linha ia para o concelho da Trofa e, portanto, a Maia só uma pequena extensão de seiscentos metros entre o ISMAI até à entrada do concelho da Trofa. Sugeriu então nessa última reunião, depois de ter falado com o Presidente da Câmara da Trofa, que se arranjasse uma solução alternativa, e na sua opinião, a hipótese que avançou era, ea uma vez que estava em avanço a variante a catorze, quer em Famalicão, quer aqui na Maia, iria arrancar, segundo as Infraestruturas de Portugal lhe dizeram, este primeiro troço entre o Jumbo e a Via Diagonal, agora no início do ano, finalmente. Portanto, com essa variante feita, daqui algum tempo dois/três anos, admitia como otimista, então, na atual catorze, a Metro estudaria uma solução de transporte amigável e ecologicamente recomendável para lá funcionar uma alternativa de transporte a ligar no fundo, a zona do ISMAI até à Trofa e no corredor que estava desativado da antiga linha férrea, a Metro desenvolveria um projeto de uma ecopista entre o ISMAI e a Trofa. Portanto, o Conselho de Administração da Metro do Porto aceitou esta recomendação, e apresentou-a ao Ministro Matos Fernandes que a estava a analisar e que, segundo tinha percebido, estaria de acordo em articular-se com o Ministro das Infraestruturas, Pedro Marques, no sentido de com a Metro do Porto desenvolverem este projeto alternativo e verem até que ponto era que ele era exequível e era recomendável. Relativamente, à linha da Trofa, uma vez que o Governo não queria a fazer extensão da linha de metro do ISMAI até à Trofa. Quanto à linha entre o Hospital de S. João e a Maia, também ficou decidido na última reunião do Conselho de Administração da Metro do Porto, que a empresa iria encomendar o projeto ou anteprojeto dessa linha, e iria fazer conjuntamente com um outro projeto da segunda linha para

Gondomar. Assim, isto foi o que ficou decidido que era para que num futuro próximo, quando a Metro tiver que decidir novas linhas, novas obras e novas empreitadas, estas duas linhas estariam em condições de serem atidas e avaliadas como prioridades nessa decisão de fazer novos troços de linhas da rede da Metro do Porto. Eram duas boas notícias que faziam caminho para que isso pudesse acontecer no futuro. Quanto à questão do tempo que o Senhor Deputado Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta referiu, julgava que a Câmara Municipal mandou este document um mês antes da data de hoje. A Câmara tinha decidido isto há cerca de um mês e, portanto, a Assembleia Municipal teve um mês este documento disponível para ser apreciado. Quanto ao orçamento participativo, já tinham neste orçamento, uma experiência e queriam fazer com os jovens que achavam, sem desrespeito para com as outras faixas etárias, que era muito aí que estavam ou poderiam estar ideias inovadoras e criativas, que permitissem melhorar este tipo de documentos. Estavam a fazer esse orçamento participativo através dessa experiência, a qual estava focada nos jovens, uma vez que consideravam que eram a faixa etária que poderia melhor contribuir com ideias inovadoras e criativas para este tipo de documentos. Por último, relativamente ao CEBEA, era um projeto que estava a ser desenvolvido e, portanto, logo que ele estivesse pronto, iriam lançar a empreitada para a sua a materialização. Gostariam muito que, nessa altura, o fundos comunitários pudessem ajudar porque era um investimento ainda com uma expressão significativa em termos orçamentais. Também gostariam muito que o orçamento ou que os fundos comunitários pudessem enquadrar este tipo de iniciativas.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes esclareceu que de verdade os documentos chegaram com um mês, mas a Assembleia tinha regras e um regimento, e não se poderia mandar avulso para os Senhores Deputados quando os assuntos chegavam, mas sim depois da reunião de líderes e de ter sido feita a respetiva ordem de trabalhos. ----------

Manuel Alfredo da Rocha Maia deu nota que tinha escutado com muita atenção relativamente à questão da linha ISMAI Trofa e a alternativa que tinha sugerido e a pergunta que lhe tinha a fazer era muito simples: que estudos era que suportavam essa alternativa e já agora, porque era que não era contemplada nas GOP que lhes foram apresentadas.----------

O Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que não tinha sido compreendido porque isto não tinha que estar nas GOP, porque esse estudo referido dessa hipótese de solução, que era uma mera hipótese, de alguém que quer contribuir para uma solução e não empurrar com a barriga que era aquilo que até agora tinham feito, quer na Metro quer no Governo. Vinha um governo que dizia que queria fazer isto e quer fazer só até ao Muro porque até à Trofa custava muito dinheiro. Isso era o Governo anterior e depois veio este Governo que acabou com esse processo que estava em concurso público ou prestes a ser adjudicado. O que tinha acontecido até hoje foi nem uma coisa nem outra. Salientou que aquilo que ele estava a tentar fazer, porque ele não mandava na Metro do Porto nem no Governo, era encontrar hipóteses de solução que fossem aceitáveis, tendo sugerido ao Conselho de Administração da Metro do Porto foi que a Metro do Porto e não a Câmara da Maia fizesse esse estudo, para, eventualmente, validar ou não ou em que termos eraque esse estudo pudesse ser válido para depois ser implementada a solução no terreno. Aquilo que a Metro estava a fazer era perguntar à tutela se podia fazer isso e já o tinha feito. A primeira etapa já estava feita. A Comissão Executiva da Metro do Porto já tinha colocado esse assunto à tutela, ao Ministro Matos Fernandes, e agora estava à espera que ele lhe respondesse. Tinha percebido que iria responder favoravelmente e se for assim, então a Metro do Porto iria adjudicar esse estudo e não era Câmara da Maia e, por isso, a Câmara da Maia não tinha que ter nada nas GOP e Orçamento para dois mil e dezanove.----------

----- Colocada à votação a "**Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e dezanove**",

foi a mesma aprovada por maioria com quinze (15) votos contra da Coligação "Um Novo Começo", CDU e BE e duas (2) abstenções do PAN e do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas.----------

Maria José Moutinho Araújo Castro Neves, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte declaração de voto: "Considerando que tenho vindo a desempenhar as minhas funções públicas e autárquicas na dupla condição de Presidente de Junta da Freguesia de Milheirós e de Deputada na Assembleia Municipal da Maia; considerando que essa dupla condição se deve no caso da presidência da Junta de Freguesia de Milheirós a uma eleição fundamental e democrática pelos meus concidadãos mireilhoenses; considerando ainda que ela se deve no caso da atividade municipal já por inerência, a uma nomeação que reflete ela própria o exercício do cargo de Chefe do Executivo da Freguesia; considerando, porém, que não subscrevo na íntegra o plano e orçamento desta Câmara Municipal, considero que este documento contém medidas boas para Milheirós, que em geral, acautelam o interesse da Freguesia que represento; considerando que o interesse dos milheiroenses que é também o interesse dos maiatos, está acima de todos e de quaisquer outros; considerando que é este interessante que o exercício das minhas funções, a minha consciência e os meus princípios estão vinculados; considerando também que entre os órgãos município da Maia e da Freguesia de Milheirós têm vindo a desenvolver-se uma articulação institucional profícua para os munícipes e muito especialmente para os milheiroenses; considerando ainda muito particularmente que tem havido tanto da minha parte, na condição de Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós como da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos seus Vereadores um empenho pessoal no sentido de servir o bem comum da comunidade que me elegeu; considerando que tal como referi no meu manifesto eleitoral, tenho envidado e continuarei a envidar todos os esforços para que as atribuições e as competências do Município sejam exercidas par e passo com o benefício da Freguesia. Votei favoravelmente o

plano e o orçamento da Câmara Municipal em coerência com os interesses dos cidadãos que me elegeram e de acordo com um compromisso que com eles mantenho, tanto nesta Assembleia como no Executivo da Freguesia de Milheirós".----------

Fernando Miguel Ferreira dos Santos, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte declaração de voto: "Na minha qualidade de Presidente de Junta abstive-me hoje na votação do Plano e Orçamento da Câmara da Maia, fi-lo porque no Plano de Investimentos constam realizações para Águas Santas que por si adquirem relevância e importância para a população e quotidiano da minha Freguesia. Estes investimentos abrangem requalificações e novas estruturas viárias, requalificações e ampliações de equipamentos desportivos e construções de novos equipamentos sociais. Nota-se ainda que, apesar de não dotadas com as verbas totais, a Câmara Municipal da Maia decidiu já abrir projetos que foram apresentados pelo meu Executivo, denotando reconhecimento pela importância destes mesmos projetos. Assim, durante o ano de dois mil e dezanove, estarei atento à realização de todos estes investimentos bem como ao desenvolvimento dos projetos que temos vindo a negociar com a Câmara Municipal da Maia, nomeadamente aqueles que ainda há dias, tivemos oportunidade de avaliar e discutir com o Senhor Presidente e que espero virem a ser prioridades de investimentos nos próximos planos e orçamentos, dado o reconhecimento da sua importância e dados os avanços já desenvolvidos em termos de projetos, contatos e orçamentos. Há acrescentar a possibilidade de outras realizações, que não necessitando de enquadramento especifico, vão merecer o apoio da Câmara Municipal para o seu desenvolvimento. Termino, reforçando a importância das relações institucionais, um trabalho em prol da população, facto que fica ilustrado com esta minha posição que refiro ter sido tomada enquanto Autarca de uma freguesia, numa análise específica de conjuntura territorial que considero o seu papel que devo assumir neste plenário. Aproveito para desejar um Santo e Feliz Natal".----------

3.4. <u>Autorização prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e dezanove</u>:----------

----- Ninguém se inscreveu:----------

----- Colocada à votação a "**<u>Autorização prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e dezanove</u>", foi a mesma aprovada por maioria quatro (4) abstenções da CDU e do Bloco de Esquerda.----------**

3.5. <u>Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e dezanove – dois mil e vinte e dois. Orçamento para o ano de dois mil e dezanove dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia</u>:--------

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados:----------

Carla Susana Fernandes Ribeiro, relativamente ao Plano e Orçamento dos SMAS, usou a palavra para fazer referência de que o mesmo apresentava as mesmas vertentes, mas não assumia os objetivos ou metas para qualquer uma delas, continuando sem quantificar as perdas de água nem a identificar os objetivos a atingir na redução das perdas para o ano de dois mil e dezanove e subsequentes, à imagem do que já tinha sido feito no ano passado. Ainda chamou a atenção de que no capítulo das receitas aparecia um valor de perto de quinhentos mil euros relacionados com avisos de corte, juros de mora e restabelecimento do fornecimento. Fazendo as contas, duzentos e trinta mil euros de receita relacionada com avisos de corte a dividir por três vírgula vinte e oito euros, cada carta que custava, isto dava um resultado de cerca de setenta mil cartas enviadas com avisos de corte. Foram também ainda feitas cerca de seis mil reestabelecimentos do fornecimento de água ou seja, foram feitos os cortes e depois o respetivo reestabelecimento, o que correspondia a cerca de dez por cento dos contadores e era um número bastante elevado.----------

Francisco José Magalhães Couto e Silva leu o documento identificado com o número **vinte e dois.**----------

Manuel Joaquim Meireles deu nota que os Deputados da Coligação "Um Novo Começo" não se reviam nesta proposta de aprovação do Plano Plurianual de Investimentos de dois mil e dezanove - dois mil e vinte e dois do Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e dezanove dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, pelo facto de nos documentos disponíveis não se vislumbrarem medidas de equidade social, boas práticas ambientais e muito menos se reconhecia a proteção aos mais desfavorecidos. Importava conhecer que os SMAS tinham rendimentos disponíveis para promover mais justiça social direcionada para reduzir o custo na fatura de consumo doméstico de água, considerar também as famílias numerosas, com especial preocupação as que têm familiares com deficiência devidamente reconhecida. Tornar menos oneroso e mais justa a cobrança da ligação às redes públicas de água e saneamento. Assim, os Deputados da Coligação "Um Novo Começo" entendiam não estar reunidos os pressupostos sociais elementares vertidos nos documentos apresentados.-----

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça leu o documento identificado com o número **vinte e três.**----------

----- Colocada à votação o "**Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriénio de dois mil e dezanove – dois mil e vinte e dois. Orçamento para o ano de dois mil e dezanove dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia**", foi o mesmo aprovado **por maioria com onze (11) votos contra da Coligação "Um Novo Começo" e sete (7) abstenções da CDU, do Bloco de Esquerda, do PAN, da Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós e do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas.**----------

3.6. Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezanove:----------

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada **Cristiana Maria Monteiro Carvalho** usou a palavra para fazer um breve ponto de ordem à Mesa: na declaração que foi enviada na documentação distribuída aos Deputados, dizia que este ponto foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal, mas ela tinha conhecimento da parte dos Senhores Vereadores da Coligação "Um Novo Começo" que eles votaram contra, solicitando a devida correção.----------

----- Colocada à votação a "**Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezanove", foi a mesma aprovada por maioria com treze (13) votos da Coligação "Um Novo Começo". ----------**

3.7. Documentos Previsionais dois mil e dezanove da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. e Fundação do Conservatório de Música da Maia:----------

Carla Susana Fernandes Ribeiro usou a palavra para intervir sobre o estacionamento, sendo de referir o aumento do preço que iria ser praticado nas avenças mensais, no Parque Central da Maia, segundo o que vinha nos documentos para dinamizar o espaço de Congressos do Fórum e por parte de utilizadores comuns. No entanto, este aumento do preço nas avenças não se refletia depois no aumento da receita, porque ela mantinha-se nos duzentos e um mil euros relativos ao parque central. Depois, o aumento das receitas por parte da empresa municipal vinha sobretudo a arrecadação de verbas dos parcómetros e relativamente a este assunto, vinha mencionado no documento que em dois mil e dezanove iriam ser aumentados em seis parquímetros na zona central da Maia, em consonância com o que já tinha sido aprovado pela

maioria numa anterior Assembleia Municipal, mas que este aumento ou este número era explicado pela imprevisibilidade do comportamento dos utilizadores das áreas em questão face ao estacionamento pago, ou seja, o número de parquímetros iria ser muito maior, mas como a empresa municipal estava com medo da reação, iriam ficar em dois mil e dezanove com seis e depois, se não houvesse reclamações, iriam continuar a aumentar o número de parquímetros.----------

Manuel Alfredo da Rocha Maia usou a palavra para tecer algumas notas sobre a Maiambiente e a Espaço Municipal. Relativamente à Maiambiente e concretamente à nova forma de tarifário em estudo para dois mil e vinte, reconhecia que era um tema difícil, complexo e era, justamente, por isso, que gostava de saber que passos concretos era que iriam ser dados no sentido do envolvimento mais precoce possível das populações, tendo em conta que a aplicação de um sistema em que cada um pagava, segundo a quantidade dos resíduos que supostamente produzia, como era que ele iria ser implementado e como iria prevenir injustiças relativas, tendo em conta que todos tinham comportamentos ambientais, desde logo na separação dos resíduos, como era que iria ser implementado na certeza de que não havia nenhum sistema ótimo que funcionasse, por muito excelente que fosse, se não envolvesse o mais precocemente as populações, e, nesse sentido, queriam saber o que era que estava a ser feito nesse sentido. Finalmente, e ainda em relação à Maiambiente relevar o facto, que era que resultava de uma discordância ideológica que, pelos vistos, o Senhor Presidente da Câmara já tinha identificado aqui, que era o abuso do recurso ao outsourcing para a utilização de trabalhadores que correspondiam de facto a necessidades permanentes da empresa, a prestação de serviços e a contratação de prestação de serviços. Relativamente à empresa Espaço Municipal, tendo em conta o elevado número de pedidos de habitação e de realojamentos que não eram quantificados, o que gostariam de saber era quantos pedidos de habitação estavam neste momento pendentes, qual era a previsão de resolver esses pedidos,

quantos fogos era que estavam disponíveis. Por outro lado, relativamente a intervenções diversas no Monte Faro, nas Legielas, no Bairro da Brisa, entre outros, falava-se e iria citar relativamente à reabilitação física e desagregação desses espaços, e o que gostariam de saber era o que isto significava concretamente, que destino e que realojamento estaria garantido para as pessoas que ali viviam. Era mencionado no documento a necessidade de valorizar os recursos humanos designadamente com melhores salários e a CDU estava inteiramente de acordo e, finalmente, quanto à necessidade de substituir o programa informático ainda com muitas debilidades, gostariam de recordar o incidente ocorrido no ano passado, com um ataque informático e que o mesmo não se repetisse nunca mais.----------

----- A Assembleia tomou conhecimento.----------

3.8. <u>Tributação do Património: Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar no ano de dois mil e dezanove, para cálculo da coleta de IMI do exercício de dois mil e dezoito</u>:----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, pediu a palavra para dar nota que este ponto continha um errro de impressão, porque na alínea c) da proposta, a percentagem de incapacidade não devia ser igual ou superior a noventa por cento, mas igual ou superior a sessenta por cento.----------

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados:----------

Francisco José de Magalhães Couto e Silva leu o documento identificado com o número **vinte e quatro**.----------

José Paulo Rodrigues Cerqueira leu o documento identificado com o número **vinte e cinco**.----------

----- Colocada à votação a " **<u>Tributação do Património: Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar no ano de dois mil e dezanove, para cálculo da coleta de</u>**

<u>IMI do exercício de dois mil e dezoito</u>", foi a mesma aprovada por maioria com dois (2) votos contra do BE.----------

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. ----------

------ E sendo zero horas e vinte e quatro minutos do dia vinte de dezembro, foi dada por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael.----------

A Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____

Documento (1)

Conceição Ribeiro

De: Sandra Martins [sandra.martins@cm-maia.pt]
Enviado: sexta-feira, 14 de dezembro de 2018 09:14
Para: 'Conceição Ribeiro'
Assunto: FW: Pedido de substituição

De: Presidente [mailto:agbfernandes@gmail.com]
Enviada: quinta-feira, 13 de dezembro de 2018 23:28
Para: maria.lurdes@cm-maia.pt; sandra.martins@cm-maia.pt; advmarciapassos@gmail.com
Assunto: Fwd: Pedido de substituição

António Bragança Fernandes

Início da mensagem reencaminhada:

De: juntospelopovomaia maia <juntospelopovomaia@gmail.com>
Data: 13 de dezembro de 2018, 21:19:20 WET
Para: presidente.assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Re: Pedido de substituição

Exmo. Senhor
Eng. António Bragança Fernandes
M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Com os nossos melhores cumprimentos, servimo-nos do presente para informar que a substituição anteriormente solicitada tem que ser alterada em virtude da nossa deputada Flávia Augusta da Silva Caseira ter sido escalada para prestar serviço na data referida.
Assim a substituição do Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia passará a ser assegurada pelo nosso deputado Sérgio Alexandre da Silva Gomes, na Assembleia Municipal a realizar no dia 19 de Dezembro de 2018.

Antecipadamente grato, com os melhores cumprimentos,

Rui Leandro Maia

juntospelopovomaia maia <juntospelopovomaia@gmail.com> escreveu no dia quarta, 12/12/2018 à(s) 16:43:

> Exmo. Senhor
> Eng. António Bragança Fernandes
> M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Com os nossos melhores cumprimentos, servimo-nos do presente para solicitar a V. Exª a substituição do Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia pela Deputada Flávia Augusta da Silva Caseira, na Assembleia Municipal a realizar no dia 19 de Dezembro de 2018.

Antecipadamente grato, com os melhores cumprimentos,

Rui Leandro Maia

Conceição Ribeiro

De: Sandra Martins [sandra.martins@cm-maia.pt]
Enviado: quinta-feira, 13 de dezembro de 2018 14:33
Para: 'Conceição Ribeiro'
Assunto: FW: SUBSTITUIÇÃO DO Sr. DEPUTADO RUI LEANDRO MAIA - SESSÃO DE 19 DE DEZ

De: Assembleia - Maria Lurdes [mailto:maria.lurdes@cm-maia.pt]
Enviada: quarta-feira, 12 de dezembro de 2018 17:19
Para: flaviacaseira@gmail.com
Cc: presidente.assembleia@cm-maia.pt; 'Márcia Passos'; filipa.c.rafael@gmail.com; sandra.martins@cm-maia.pt
Assunto: SUBSTITUIÇÃO DO Sr. DEPUTADO RUI LEANDRO MAIA - SESSÃO DE 19 DE DEZ

Exma. Senhora
Deputada Flávia Caseira

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal , Eng.º Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Deputado Rui Leandro Maia, vimos por este meio convocá-la, para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 19 de dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal
Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Rui Leandro Maia, para este lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda documentação.
Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

Assembleia - Maria Lurdes

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviado: 17 de dezembro de 2018 11:10
Para: 'gomesergio@gmail.com'
Cc: 'Márcia Passos'; 'filipa.c.rafael@gmail.com'
Assunto: SUBSTITUIÇÃO DO SR. DEPUTADO RUI LEANDRO MAIA - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19 DE DEZ
Anexos: CONVOCATÓRIA SESSÃO ORDINÁRIA ASS. MUNICIPAL - 19 DEZ.pdf; ORDEM DE TRABALHOS SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DEZ.PDF

Exmo. Senhor

Deputado

Sérgio Alexandre da Silva Gomes

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal , Eng.º Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Deputado Rui Leandro Maia, vimos por este meio convocá-lo, para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 19 de dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal

Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Rui Leandro Maia, para este lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda documentação.

Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

maia À FRENTE DO SEU TEMPO

De: Flávia Caseira <flaviacaseira@gmail.com>
Enviada: 14 de dezembro de 2018 19:41
Para: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Cc: presidente.assembleia@cm-maia.pt; Márcia Passos <advmarciapassos@gmail.com>; filipa.c.rafael@gmail.com; sandra.martins@cm-maia.pt
Assunto: Re: SUBSTITUIÇÃO DO Sr. DEPUTADO RUI LEANDRO MAIA - SESSÃO DE 19 DE DEZ

Boa noite,

Serve o presente email para informar que não poderei estar presente na Ass. Municipal de dia 19.

Cumprimentos,
Flávia Caseira

A quarta, 12 de dez de 2018, 17:18, Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu:

Exma. Senhora

Deputada Flávia Caseira

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal , Eng.º Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Deputado Rui Leandro Maia, vimos por este meio convocá-la, para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 19 de dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal

Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Rui Leandro Maia, para este lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda documentação.

Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia

Ext. 8756 |maria.lurdes@cm-maia.pt

Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

Assembleia - Maria Lurdes

De: juntospelopovomaia maia <juntospelopovomaia@gmail.com>
Enviado: 16 de dezembro de 2018 20:35
Para: maria.lurdes@cm-maia.pt
Cc: Sergio Gomes
Assunto: Re: pedido de contacto do Deputado Sérgio Alexandre da Silva Gomes

Exma. Senhora
Maria de Lurdes Cerqueira

Conforme o solicitado, envio o endereço de correio eletrónico do deputado Sérgio Gomes, gomesergio@gmail.com, pedindo o favor de lhe fazer chegar a documentação referente à reunião de 19 de dezembro.

Aproveito a circunstância para lhe desejar, com extensão aos que lhe são queridos, um Santo Natal e um 2019 com saúde.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Leandro Maia

Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu no dia sexta, 14/12/2018 à(s) 10:34:

Exmos. Senhor

Deputado

Rui Leandro Maia

Em virtude da sua substituição na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia, de 19 de Dezembro, era necessário obter o contacto de email ou telefónico do deputado Sérgio Alexandre da Silva Gomes.

Certo da melhor atenção de V. Exa. para o solicitado, com os melhores cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia Municipal

Ext. 8756 |maria.lurdes@cm-maia.pt

Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

Documento (2)

Presidente Assembleia

De: ps fr <psfr310@gmail.com>
Enviado: 17 de dezembro de 2018 09:24
Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Justificação de ausência / Pedido de substituição - 17/12/2018 e 19/12/2018

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Na sequência da convocatória para a Sessão Extraordinária, a realizar no dia 17/12/2018, pelas 21h30, e da convocatória para a 5ª Sessão Ordinária, a realizar no dia 19/12/2018, pelas 21h30, informo que, por motivos pessoais, não poderei estar presente em ambas as sessões, pelo que solicito a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Rocha

Para a Sessão de dia 19, e
Comunique-se o Seguinte, caso ainda
haja tempo, para a Sessão de dia 17
→ Comunique-se o seguinte para

M

Assembleia - Maria Lurdes

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviado: 17 de dezembro de 2018 10:55
Para: 'Maria João Escobar'
Assunto: PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 19 DE DEZ.
Anexos: ORDEM DE TRABALHOS SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DEZ.PDF; CONVOCATÓRIA SESSÃO ORDINÁRIA ASS. MUNICIPAL - 19 DEZ.pdf

Exma. Senhora
Deputada
Maria João Escovar

Para além de só agora ter verificado que o seu apelido é "Escovar" e não Escobar como erradamente escrevi, pelo fato peço desculpas, aproveito para anexar o a Convocatória e a Ordem de Trabalhos.

Cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

maia À FRENTE DO SEU TEMPO

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviada: 17 de dezembro de 2018 10:45
Para: 'Maria João Escobar' <m.joao.escobar@gmail.com>
Assunto: PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO -SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 19 DE DEZ.

Exma. Senhora
Deputada
Maria João Escovar

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal , Eng.º Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Deputado Paulo Rocha , vimos por este meio convocá-la (dado ser o elemento seguinte na lista do PS da Coligação "Um Novo Começo"), para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 19 de Dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal
Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Paulo Rocha, para esta lhe entregar toda a documentação referente à Reunião.
Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt

maia
CÂMARA MUNICIPAL
À FRENTE DO SEU TEMPO

Assembleia - Maria Lurdes

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviado: 17 de dezembro de 2018 10:45
Para: 'Maria João Escobar'
Assunto: PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO -SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 19 DE DEZ.

Exma. Senhora
Deputada
Maria João Escobar

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal , Eng.º Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Deputado Paulo Rocha , vimos por este meio convocá-la (dado ser o elemento seguinte na lista do PS da Coligação "Um Novo Começo"), para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 19 de Dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal
Mais informo que deverá entrar em contato com o Senhor Deputado Paulo Rocha, para esta lhe entregar toda a documentação referente à Reunião.
Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

Documento (3)

Assembleia - Maria Lurdes

De: Carla Dias <dias.kazukazu@gmail.com>
Enviado: 18 de dezembro de 2018 09:30
Para: Assembleia - Maria Lurdes; Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Re: ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 19 DEZ

Exmo. Sr. Presidente, venho por este meio solicitar a minha substituição para a assembleia de 19 de Dezembro, porque me encontro doente. Peço desculpa mais uma vez, pelo aviso de ausência ontem, tão em cima da hora, o que aparentava ser um problema de gastroentrite é na verdade uma gripe.
Atenciosamente,
Carla Dias

Na(o) Seg, 17 de dez de 2018, 15:09, Carla Dias <dias.kazukazu@gmail.com> escreveu:
Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal:
Serve a presente para informar Vª Exºa que estou doente com gastroentrite,pelo que solicito a minha substituição para a assembleia de hoje, às 21h 30m.
Sei que é em cima da hora, mas trata-se de uma situação imprevisível.
Atenciosamente
Carla Susana Ferreira Dias
Coligação Um Novo Começo

Sem vírus. www.avast.com

Em qui, 13 de dez de 2018 às 12:30, Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu:

Exmos. Senhores

Deputados da Assembleia Municipal da Maia

Serve o presente para dar conhecimento aos Senhores Deputados que a Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 19 de Dez, assim como toda a documentação já se encontra disponível da Extranet.

Com os melhores cumprimentos.

Visto
Convoque-se a reunião

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia

Ext. 8756 |maria.lurdes@cm-maia.pt

maia À FRENTE DO SEU TEMPO

Assembleia - Maria Lurdes

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviado: 18 de dezembro de 2018 14:23
Para: 'figueiredo.manuelfrancisco@gmail.com'
Cc: 'presidente.assembleia@cm-maia.pt'; 'Márcia Passos'; 'filipa.c.rafael@gmail.com'
Assunto: Substituição da Deputada Carla Dias - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal - 19 DEZ
Anexos: CONVOCATÓRIA SESSÃO ORDINÁRIA ASS. MUNICIPAL - 19 DEZ.pdf; ORDEM DE TRABALHOS SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DEZ.PDF

Exmo. Senhor
Deputado
Manuel Francisco Figueiredo

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Engª Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição da Senhora Deputada Carla Susana Ferreira Dias, vimos por este meio convoca-lo, para estar presente na sessão Ordinária da Assembleia Municipal , que se realiza no próximo dia 19 de Dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, conforme Edital e Ordem de Trabalhos que se anexa.
Mais infirmo que deverá entrar em contacto com a Senhora Deputada Carla Dias, para esta lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda a documentação.
Caso não seja possível, agradecia que informasse esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os melhores cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia Municipal da Maia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

Documento 9

Assembleia - Maria Lurdes

De: António Gonçalves Bragança Fernandes <agbfernandes@gmail.com>
Enviado: 18 de dezembro de 2018 00:05
Para: MARIA DE LURDES DIAS FERREIRA CERQUEIRA; advmarciapassos@gmail.com; filipa.c.rafael@gmail.com; antonio.oliveira.silva@gmail.com
Assunto: Fwd: Pedido de substituição

Enviado do meu iPad

Início da mensagem reencaminhada:

De: Rui Moreira <rui.moreiraa@gmail.com>
Data: 17 de dezembro de 2018, 16:11:12 WET
Para: presidente.assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Pedido de substituição

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia, Eng. António Bragança Fernandes,

Por motivos profissionais, não poderei comparecer à sessão de hoje e da próxima quarta-feira da Assembleia Municipal. Peço-lhe que proceda à minha substituição, endereçando-lhe naturalmente o meu pedido de desculpas por tão tardia notificação.

Receba os meus cumprimentos e votos de Boas Festas, acompanhados do desejo de um novo ano repleto de alegrias e saúde.

Com estima e consideração,

Rui Moreira

Convoque-se o seguinte

Beatriz Pereira Fonte Arcada Ferreira

beatriz.amcfer@gmail.com

Assembleia - Maria Lurdes

De: Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt>
Enviado: 18 de dezembro de 2018 16:30
Para: 'beatrizandfer@gmail.com'
Assunto: Substituição do deputado Rui Moreira - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal - 19 DEZ
Anexos: CONVOCATÓRIA SESSÃO ORDINÁRIA ASS. MUNICIPAL - 19 DEZ.pdf; ORDEM DE TRABALHOS SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DEZ.PDF

Exma. Senhora
Deputada
Beatriz Andrade Ferreira

Por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Engª Bragança Fernandes e na sequencia do pedido de substituição do Senhor Deputado Rui Moreira, vimos por este meio convoca-la, para estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal , que se realiza no próximo dia 19 de Dezembro, pelas 21.30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, conforme Edital e Ordem de Trabalhos que se anexa.
Mais infirmo que deverá entrar em contacto com o Senhor Deputado Rui Moreira, para este lhe entregar o tablete onde terá acesso a toda a documentação.
Caso não seja possível, agradecia que informasse esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os melhores cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia Municipal da Maia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

maia CÂMARA MUNICIPAL À FRENTE DO SEU TEMPO

Documento (5)

CDU Maia
Assembleia Municipal da Maia

Assembleia Municipal da Maia – 19 de Dezembro de 2018

Período Antes da Ordem do Dia

A CDU quer deixar aqui uma palavra de valorização dos novos avanços nos direitos e rendimentos conseguidos pela luta dos trabalhadores e do povo e pela intervenção do PCP na Assembleia da República durante estes três anos e no quadro do Orçamento de Estado para 2019 recentemente aprovado.

Nos últimos três anos foram repostos salários, feriados e as 35 horas, colocou-se um fim no corte das pensões e promoveu-se o seu aumento, reduziram-se as taxas moderadoras e o IVA da restauração, aliviou-se o IRS sobre os rendimentos do trabalho, entre outras medidas positivas, embora limitadas e insuficientes pelas opções do governo minoritário do PS submetido às imposições da UE e do Euro e aos interesses do grande capital.

As medidas do OE2019 com a marca do PCP que aqui queremos destacar são: o aumento das pensões de reforma; a eliminação do factor de sustentabilidade; a valorização remuneratória dos trabalhadores da Administração Pública; o pagamento do subsídio de Natal por inteiro a todos os trabalhadores, reformados e pensionistas; a extinção do PEC; a redução do valor do passe social nos transportes públicos; a redução do custo da electricidade e do gás natural; o reforço do plano nacional de vacinação; o alargamento do abono de família para crianças entre os 3 e os 6 anos; a gratuitidade dos manuais escolares até ao 12º ano para os alunos do ensino público; e a redução do IVA para todos os espectáculos culturais.

Muitas foram outras medidas pelas quais o PCP se bateu, mas que o PS, com o apoio do PSD e CDS, reprovaram, mas das quais não desistiremos.

A CDU, como tem sido habitual em outras sessões, quer manifestar o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores da Ficocables, à sua luta persistente por aumentos salariais justos (que têm deixado de fora trabalhadores penalizados por baixas médicas, banco de horas e factores subjectivos), pelo fim da discriminação quanto à filiação sindical, por um subsídio de alimentação igual e o fim do uso abusivo do trabalho temporário, cuja utilização só promove a precariedade.

Uma preocupação que hoje aqui trazemos tem a ver com a situação em que se encontram algumas das escolas do concelho.

Por exemplo:

- na Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia (embora já esteja em obras e já se encontre com algumas melhorias), os estudantes continuam a referir a entrada de chuva no polivalente, frio nas salas com a inexistência de aquecedores ou outro tipo de aquecimento, buracos nas coberturas e no chão;

- na escola Secundária da Maia, os estudante reclamam do frio nos pavilhões porque, para poupar energia e devido a contenção de custos, não são ligados os aparelhos de aquecimento/ar condicionado, de chuva no corredor entre os pavilhões e subsídios em atraso nos cursos de via profissionalizante;

- na escola Secundária do Castêlo da Maia verifica-se a existência de poucos aquecedores e ar condicionado defeituoso, bem como falta de funcionários, o que leva ao fecho da biblioteca mais cedo e o não funcionamento de equipamentos escolares como, por exemplo, os projectores;

- na escola EB1/J.I da Cidade Jardim foram mencionados problemas na visibilidade para o quadro e até aquecimento (no verão) dificultado pela luminosidade que entra na sala e não é devidamente filtrada, pois os estores utilizados são muito claros, podendo o problema serr resolvido com a colocação de um blackout (situação remendada com o engenho de alguns que colocaram sacos plásticos pretos nas janelas) por parte da Câmara municipal, tendo em conta as competências assumidas. Ainda nesta escola, há relatos de vidros partidos desde o início do ano lectivo e que estarão por substituir.

Por último, gostaríamos de chamar a atenção para a situação em que se encontram alguns parques infantis, pois desde o Verão, ou até antes, se apresentam degradados e/ou sem equipamentos. É o caso, por exemplo, dos parques dos Maninhos, dos Altos e de Avioso.

Ainda sobre este assunto, gostariamos de saber por que razões o parque infantil junto do Intermaché de Vila Nova da Telha que se encontra fechado.

Disse

Documento (6)

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL
Declaração política

A nossa intervenção de hoje, e como forma de balanço deste primeiro ano de mandato, centraliza-se na reflexão sobre o Estatuto de Direito de Oposição.

O Estatuto de Direito de Oposição está consagrado na lei 24/98 de 26 de maio, que transcrevemos:

Artº 5º - Direito de consulta prévia.

3 - "Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo executivo de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade."

Consequentemente, e face ao incumprimento deste normativo legal, impede a discussão do Relatório de Observância do Direito de Oposição conforme o disposto no artº 5 nº2 alínea h) do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Artº 4º - Exercício do direito à informação

1 – "Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade.
2 - As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição."

Neste contexto, lembramos que o PAN solicitou, em 6 de Março, o acesso ao Protocolo celebrado pela Câmara Municipal da Maia e o ICBAS – Instituto de Ciências Abel Salazar com vista à instalação de um "Centro de Investigação em Ciência Animal", que, lamentavelmente, ainda não nos foi cedido.

Contudo, ao longo deste primeiro ano de mandato, a Câmara Municipal da Maia sempre se mostrou disponível para o diálogo com o PAN. Contribuímos com propostas e opiniões que enriqueceriam a Maia em termos de sustentabilidade ambiental, qualidade social e estratégia de protecção animal.

O PAN estará sempre disponível para o diálogo mas sem prescindir do direito que a democracia nos confere.

Maia, 19 de Dezembro de 2018

Pessoas - Animais – Natureza

(GM PAN)

Clara Lemos

Documento (7)

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

PAOD

Origem e causas de cheiros químicos na Freguesia Cidade da Maia

Tem chegado ao nosso conhecimento reclamações dos moradores de Vermoim e Gueifães, da existência de intensos cheiros químicos, ultimamente mais frequentes e persistentes.

Segundo a informação dos cidadãos das zonas indicadas, já reclamaram da situação junto da Câmara. Sem que da mesma tenham obtido resposta e/ou tivessem percepção de qualquer intervenção pública

No anterior mandato o Bloco de Esquerda, na Assembleia de Freguesia Cidade da Maia, tendo em atenção os alertas já então existentes, denunciou e apelou à intervenção do Executivo sobre a preocupação dos moradores sobre a origem e natureza dos tais cheiros químicos

Há queixas de que tais gases têm procado problemas respiratórios e oftalmológicos. Por ausência de conhecimento da sua natureza a situação é grave. Estando em causa a saúde pública. Por isso, é urgente uma intervenção para identificar a sua origem e também investigar a sua composição.

O Bloco de Esquerda, pela inoperância das entidades responsáveis sobre a identificação e origem dos gases químicos tentou confirmar as informações das suspeitas e o rasto das mesmas. E por na aproximação ao local suspeito, Zona Industrial junto à Rua do Cavaco, é evidente o aumento da intensidade daqueles,

Face ao exposto apresentamos as seguintes perguntas ao Sr. Presidente do Executivo:

a. Foi identificada a origem dos cheiros quiímicos?
b. Está identificada a sua natureza e composição?
c. Se sim quais as diligência/providências tomadas para a necessária solução do problema e sossego da população?

Maia, 19 de Dezembro de 2018
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Francisco José Silva
Manuel Cristóvão Pimenta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Sessão Ordinária
19Dez18
Documento (8)

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

PAOD

Rutura de condutas da água

Senhor Presidente do Executivo

Tem havido notícias de ruturas de condutas em várias zonas do Concelho.

Tais acontecimentos têm provocado graves perturbações. Na população, no funcionamento de estabelecimentos escolares e ainda no trânsito automóvel. Prejuízos também na actividade comercial.

É de relevar, ultimamente, a elevada frequência com que ocorrem estes acidentes e ainda o facto de muitas delas serem em ruas que recentemente foram objecto de intervenção.

Das ruturas das condutas as mais recentes foram em Águas Santas. Provocaram longos períodos de ausência de fornecimento de água e também ausência de notícias sobre quando seriam resolvidos. Será que não se poderiam operacionalizar sistemas alternatvos de fornecimento, de forma a minorar o impacto negativo nas vidas das pessoas?

Maia, 19 de Dezembro de 2018
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Francisco José Silva
Manuel Cristóvão Pimenta

Documento 9

MAIA EM PRIMEIRO.

[redacted]

43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Comemora-se este ano, o quadragésimo terceiro aniversário do 25 Novembro de 75', o movimento que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O "25 de novembro", ato singular e irrepetível da nossa história, marca o fim da transição revolucionária.

O povo português conseguiu, ali, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário.

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.

E sob o signo dessa unidade feita pela história que assinalamos, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Aquele dia a que hoje os manuais escolares dedicam duas páginas de História é um marco na cronologia que já mais deve ser esquecido e por esse motivo cumpre esta intervenção pela Coligação Maia em Primeiro, assinalar o aniversário desse movimento para que também no nosso Concelho nunca se esqueça de que sem Novembro de '75 não se cumpriria Abril de 74'.

Pela Coligação Maia em Primeiro,
Assembleia Municipal da Maia
19.12.2018

Documento (10)

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

MOÇÃO

Fico Cables

A Empresa Fico Cables sediada na Rua do Cavaco, Freguesia Cidade da Maia, tem ao seu serviço mais de 1000 trabalhadoras/res, que se encontram há mais de um mês em greve parcial ao trabalho e a todas horas extraordinárias com o objetivo de obter, melhores salários, melhores condições de trabalho, contra a discriminação e precariedade.

No diálogo que o Bloco de Esquerda teve junto dos trabalhadores da Fico Cables, alguns deles na primeira pessoa, percebemos a deceção e frustração pela posição da Administração da Fico Cables, que apesar de anos convivência sentem que ainda não obtiveram o respeito necessário que deve existir entre empregador e trabalhadores, que levou à inevitável rutura.

Salientamos:

Salários baixos - em média de 600 euros. Com o salário mínimo para 2019 absorvido.

Avaliação de Desempenho – a forma arbitrária e discriminatória como a administração leva a cabo ao incluir na mesma como penalização as faltas causadas, por doenças profissionais, por assistência inadiável à família, por doença, por morte de familiares entre outras.

Trabalho Precário – Trabalhadores temporários durante anos a ocupar postos de trabalho permanente.

Acréscimo de renumeração – na ausência de negociação a Empresa socorre-se da avaliação tendo em conta a regra atribuída às faltas como preponderante. Quando há acréscimo cifra-se entre 50 cêntimos e 10 euros.

Condições de trabalho – devido à atividade que a empresa desenvolve, destacamos a ausência de programas efetivos para minorar ou eliminar a grande fadiga física, penosidade e *stress*, que têm contribuído para um número assinalável de doenças profissionais.

Todos queremos a instalação de empresas no nosso Concelho. Sabemos que arrastam consigo desenvolvimento, criam riqueza e mais valias. Neste caso, destacamos o número elevado de empregabilidade que a Fico Cables representa.

Sabemos que está sedeada no nosso Concelho, e com isso a responsabilidade política da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal também aumenta a exigência no respeito pelas Leis e na resolução dos conflitos.

Não se pode ceder à argumentação de que a Fico Cables faz parte de um Grupo Internacional, inserida no conceito de empresa privada e com isso fechar os olhos, tapar os ouvidos, fazer de conta.

Pelo exposto a Assembleia Municipal da Maia reunida em Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2018 delibera:

1. **Manifestar a sua solidariedade aos Trabalhadores da FICO CABLES;**
2. **Apelar à FICO CABLES a retoma do diálogo e da Negociação Coletiva;**
3. **Relembrar a frase do Grupo FICOSA "o êxito ao longo da nossa história não teria sido possível sem a nossa gente"**

Maia, 19 de Dezembro de 2018
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
Francisco José Silva
Manuel Cristóvão Pimenta

(Enviar à FICO CABLES, Câmara Municipal, ACT (Autoridade Condições Trabalho) e Representantes Sindicais)

Documento (11)

MAIA EM PRIMEIRO

VOTO DE LOUVOR

Ao Maiato João Veloso da Silva Torres pela nomeação como Secretário de Estado da Defesa do Consumidor do XXI Governo Constitucional da República Portuguesa.

João Veloso da Silva Torres nasceu a 24 de abril de 1986, é natural do concelho da Maia e mestre em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Foi deputado na atual legislatura pelo círculo eleitoral do Porto, integrando como membro efetivo a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.

João Torres foi secretário-geral da Juventude Socialista, entre 2012 e 2016, e era, até ao momento da sua tomada de posse como Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, no pretérito dia 17 de outubro, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS. Foi, também, nos últimos mandatos autárquicos, Deputado na Assembleia Municipal da Maia e líder do grupo municipal do PS, demonstrando, nas funções que assumiu, uma grande capacidade de trabalho, que abriu caminho para desempenhar funções de grande responsabilidade no Governo da República, que são motivo de orgulho para os Maiatos.

Face ao exposto, a Coligação "Maia em Primeiro" apresenta, na 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2018, um VOTO DE LOUVOR ao Maiato João Veloso da Silva Torres.

Que deste voto de louvor, sendo aprovado em plenário, seja dado conhecimento ao Senhor Eng.º João Torres, ao Senhor Primeiro-Ministro de Portugal e ao Senhor Ministro Adjunto e da Economia.

Maia, 19 de dezembro de 2018.

Pelo Grupo Municipal da Coligação "Maia em Primeiro",

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

(Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

Documento (32)

MAIA EM PRIMEIRO

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento, com 100 anos de idade, no pretérito dia 30 de outubro, do Senhor Fernando de Almeida, ilustre Maiato.

Fernando de Almeida nasceu no Lugar do Araújo, Freguesia de Leça do Balio, no Concelho de Matosinhos, a 1 de janeiro de 1918, mas foi à Maia e aos Maiatos que entregou grande parte da sua vida. Irmão Benemérito e Provedor Emérito da Santa Casa da Misericórdia da Maia, foi vereador da Câmara Municipal da Maia entre 1969 e 1972, membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, membro do Conselho Municipal, fundador do Futebol Clube da Maia e do Jornal da Maia, medalha de Alto Mérito e medalha de Abnegação e Altruísmo.

Fernando de Almeida, pela forma como viveu, pelo exemplo que cultivou e pela obra que nos legou, constituiu-se como uma personalidade histórica e incontornável da Maia contemporânea. Dotado de uma grande capacidade de trabalho, desempenhou, com grande dedicação, entrega e valor, várias funções ao longo da sua vida. Foi nesse caminho que trilhou, que se afirmou como Homem de fortes convicções, eloquente e focado em servir e ajudar o próximo, principalmente os mais frágeis, as crianças e os idosos.

Face ao exposto, a Coligação "Maia em Primeiro" apresenta, na 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2018, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Fernando de Almeida.

Que deste voto de pesar seja dado conhecimento à sua família, manifestando, a Assembleia Municipal da Maia, as mais sentidas condolências.

Maia, 19 de dezembro de 2018.

Pelo Grupo Municipal da Coligação "Maia em Primeiro",

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

(Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

Documento (13)
(1)

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome JOÃO DO COUTO LOPES

Morada RUA A Nº 33

Freguesia VILA NOVA DA TELHA

Código Postal 4470-719

Contato telefónico 938484329

E-mail JOAO.COUTO.LOPES@GMAIL.COM

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ACESSIBILIDADES

Maia, 19/12/2018

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º Período de intervenção do público	Artigo 50.º Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. 2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. 3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. 4. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.	1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. 2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. 3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Assembleia Municipal da Maia, 19 de Dezembro de 2018

João do Couto Lopes

Rua A nº 33

Vila Nova da Telha

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia,

ás Senhoras Secretarias, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos senhores Deputados e a todos os presentes.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, congratulo-me pelo facto de ter sido recolocada a rampa de acesso que permita estar de frente para a assembleia, isto para dizer que com rampa dá para todos, sem rampa só dá para alguns, demorou 12 anos a que a câmara fosse totalmente acessível, a partir de agora pode-se dizer que a Camara é acessível a todos, um bem haja.

Sr. Presidente da Câmara, tendo V. Exa. conhecimento de que no anterior mandato foi aqui nesta sala dito pelo Sr. Ex-Presidente, hoje Presidente da Assembleia de que na rua Divino Salvador, junto ao Centro de Saúde de Pedras Rubras iria ser construída uma Universidade Veterinária e que a mesma iria construir a rua de acesso que permitia as pessoas de Vila Nova da Telha terem mais mobilidade para o Posto Medico de Pedras Rubras;

O mandato que V. Exa preside já tem mais de um ano, a pergunta que coloco é, V. Exa está em condições de poder informar qual o ponto da situação sobre a construção da Universidade Veterinária e da respetiva estrada, ou ainda vamos ter de esperar por outra empreitada?, sim, porque aqui à uns anos atras era o Metro do Porto, que ia construir essa rua, depois a U. Veterinária, com isto já lá vai uma década sem as pessoas do lado norte do Centro de Saúde (os Vilanovenses) verem os seus anseios concretizados.

Desejo a todos umas Boas Festas e um Feliz Ano Novo.

O Vilanovense

João do Couto Lopes

RUA DO CASTANHAL
PARQUE DE QUIRES

VILA NOVA DA TRLHA

18-12-2018

Documento (14)

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Maria Beatriz Gonçalves de Freitas Mendes e Silva

Morada Rua Dr Joaquim Nogueira dos Santos 294, apt 12

Freguesia Nogueira da Maia

Código Postal 4475-474

Contato telefónico 913096855

E-mail (illegible) mbgfms@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Existência de uma barraca ilegal, clandestina (2)
queimadas diárias, a várias horas de materiais altamente tóxicos, que causam sérios problemas respiratórios e oftalmológicos. Os fumos são intensos.

A barraca em causa é coberta de pedaços de amianto fragmentado e deteriorado e está pegada (mesmo a 1 m de distância) ao prédio do Edifício Rio, nas traseiras deste, que tem 30 apartamentos e é contíguo a outro igual, e próximo de outros.

Maia, 19/12/2018

(Assinatura)

Maria Beatriz Gonçalves de Freitas Mendes e Silva

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º **Período de intervenção do público**	Artigo 50.º **Regras do uso da palavra no período de intervenção do público**
1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. 2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. 3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. 4. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.	1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. 2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. 3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Ex mo Senhor: Presidente da Assembleia de Freguesia de Nogueira e Silva Escura.

Maria Emília Gonçalves de Freitas Mendes e Silva,moradora na Rua Dr Joaquim Nogueira dos Santos,294,apt 12,Vem muito respeitosamente junto de V.Exª,para expôr o seguinte:

- Moro com o meu marido e com a presença diária diurna após as aulas, dos meus netos de cinco e treze anos,num dos apartamentos do Edifício Rio situado na localidade acima descrita.
Atrás deste edifício,há um monte formado basicamente por eucaliptos, pinheiros,carvalhos e vegetação rasteira, que se estende até bem próximo das nossas traseiras.
Junto deste monte, e bem encostado a este prédio, (Como as fotos em anexo comprovam),existe um casebre,onde habita um casal.Há uns anos a esta parte, o mesmo,resolveu construír uma barraca que tem crescido cada vez mais, feita com toda a espécie de materiais que vão arrastando do lixo, e que formam uma paisagem desoladora, sobretudo para quem tem apenas as janelas viradas para as traseiras do edifício.
Essa barraca está coberta com pequenos pedaços uniformes de telhas de amianto velho, e outras, e está segura apenas com umas varas de eucaliptos atravessadas, aqui e ali, por uns pedaços de cumes, também de amianto, e um ou outro tijolo.
Como é do conhecimento de V.Exª,o amianto (e mais ainda por estar muito deteriorado),é nocivo para a saúde.

Para além desta situação,há ainda uma outra também muito grave. O senhor faz fogueiras quase diariamente e por vezes mais do que uma vez ao dia e por longos períodos.Fá-las aqui mesmo,nem a três metros de distância dos terraços do edifício, num espaço que criou para esse fim, por baixo dessa cobertura,embora nos últimos meses use também muito a lareira da sua habitação.
O cheiro desses fumos é muito tóxico e entra-nos pela casa dentro,sobretudo pela marquise,onde tratamos as roupas e não podemos fechá-la, por causa dos gases libertados pelo uso do esquentador.
Esse cheiro é tão intenso e incomodativo, que provoca enjoos, e, mesmo fechando a porta da marquise e tendo tudo fechado,logo se dá por ele.
E se no Inverno mal se vai suportando,no Verão é de todo impossível.Não podemos abrir as janelas .Eu sofro de rinite alérgica e o meu marido tem problemas respiratórios graves.Sente falta de ar mesmo quando em casa tenho que fazer um ou outro grelhado,(o que também já evito) .Com esses fumos tóxicos,queixa-se imenso e desespera. Muitas vezes recorremos a medicação e sentimos que os nossos problemas são agravados por essa situação constante.

Há por aí quem diga que o senhor queima para extraír cobre,mas nós não sabemos qual é a origem desses fumos.Apenas sabemos que não são fumos só de lenha. Esses pouco ou nada incomodariam.De início sim,ele queima lenha,mas logo a intensidade do fumo diminui, fica menos intenso,mais opaco e muito escuro. Depois quase transparente.E é aí que o cheiro tóxico se instala.Aquilo arde tardes inteiras nos piores dias,mas tem dias que queima de manhã,à tarde e ao caír da noite.

Seria muito agradável viver nesta linda vila, inserida numa cidade de que tão bem se fala, rodeada por zonas verdes e espaços amplos,asseada,ajardinada,com boa qualidade ambiental, mas viver assim, dia após dia neste inferno é muito mau.

Para alem de tudo isto,poe-se o problema da possibilidade de um incêndio que eventualmente passe do monte para a barraca ,ou de uma intempérie. Já este ano, e há poucas semanas,numa noite de ventos mais fortes se deslocaram algumas das telhas,deixando grandes buracos,como se pode ver numa das fotos.
Também não sabemos que produtos inflamáveis o senhor guarda lá dentro,mas lenhas sabemos que ele guarda.
Numa dessas hipóteses, este e outros edifícios próximos poderão ser atingidos e não saberíamos a quem atribuír responsabilidades,porque as pessoas em causa são muito pobres e casebres como este, supostamente não têm seguro.

Ainda temos na memória o trágico dia 15 de Outubro de 2017,em que as chamas galgavam tudo devido aos ventos anómalos que sopravam fortes mudando rapidamente de direção.Felizmente fomos poupados nesse dia.

Queria pedir a V.Exª que por favor leve em consideração esta exposição que não é em nada exagerada,pois existem

ainda mais alguns problemas menos graves, que aqui não referi. e nos ajude a pôr fim a esta situação, para podermos viver mais tranquilos,podermos abrir as nossas janelas, respirar ar puro,e sentir que também vivemos na Maia.

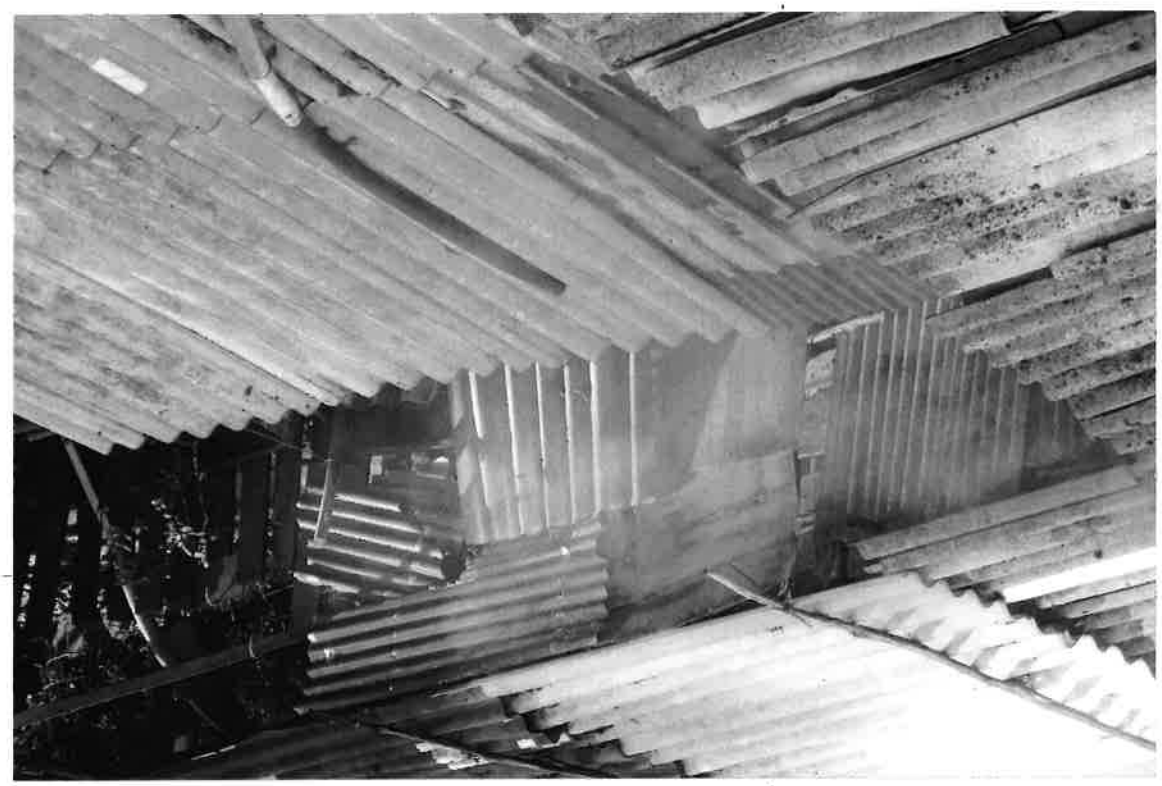
Seguem em anexo algumas fotos muito ilucidativas,tiradas em datas diferentes e que demonstram bem o que se avista da nossa casa,e do inferno que é suportar estes fumos tão frequentemente e este massacre psicológico que o é também, e que infelizmente até hoje não podemos resolver.

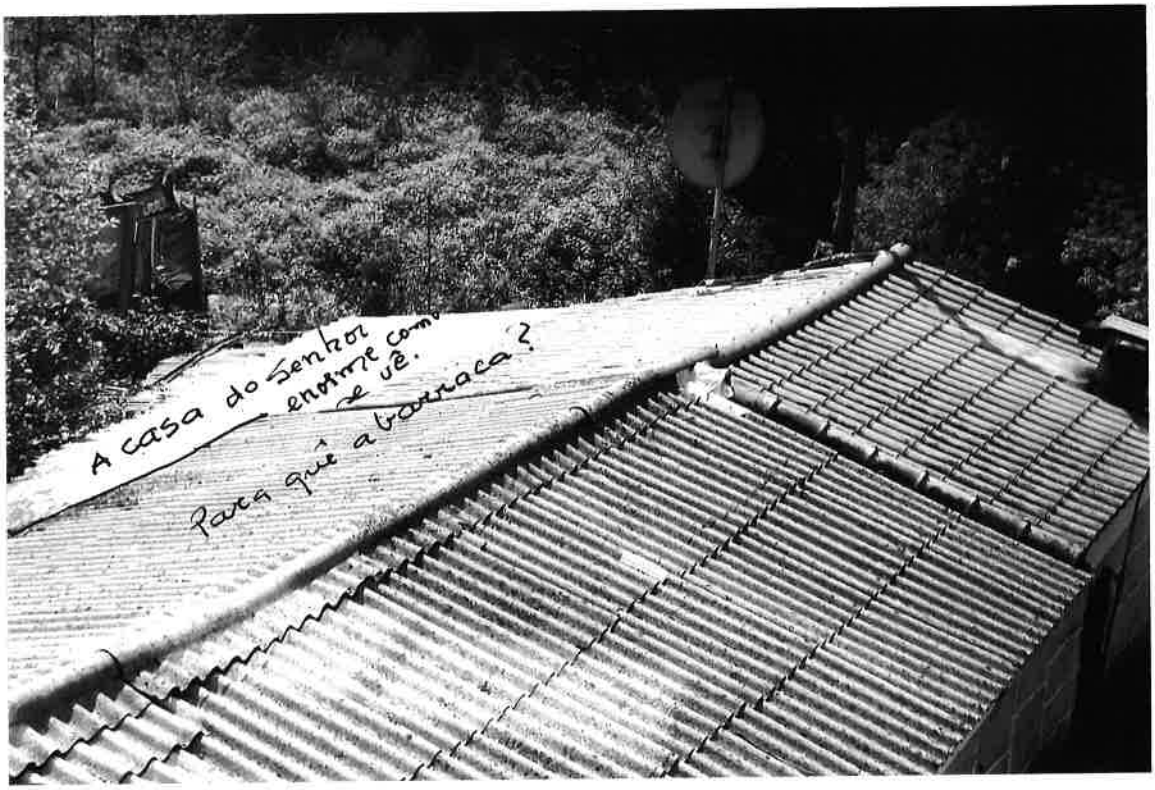
Será também importante referir a proximidade do infantário da Misericórdia de Nogueira, que também recebe parte desses fumos, quando o vento está de Oeste,o que acontece a maior parte das vezes.

Antecipadamente agradecemos toda a a ajuda que V. Exª nos possa dispensar,na eliminação da barraca em causa e também na resoluçao deste problema dos fumos que tanto nos atormenta.

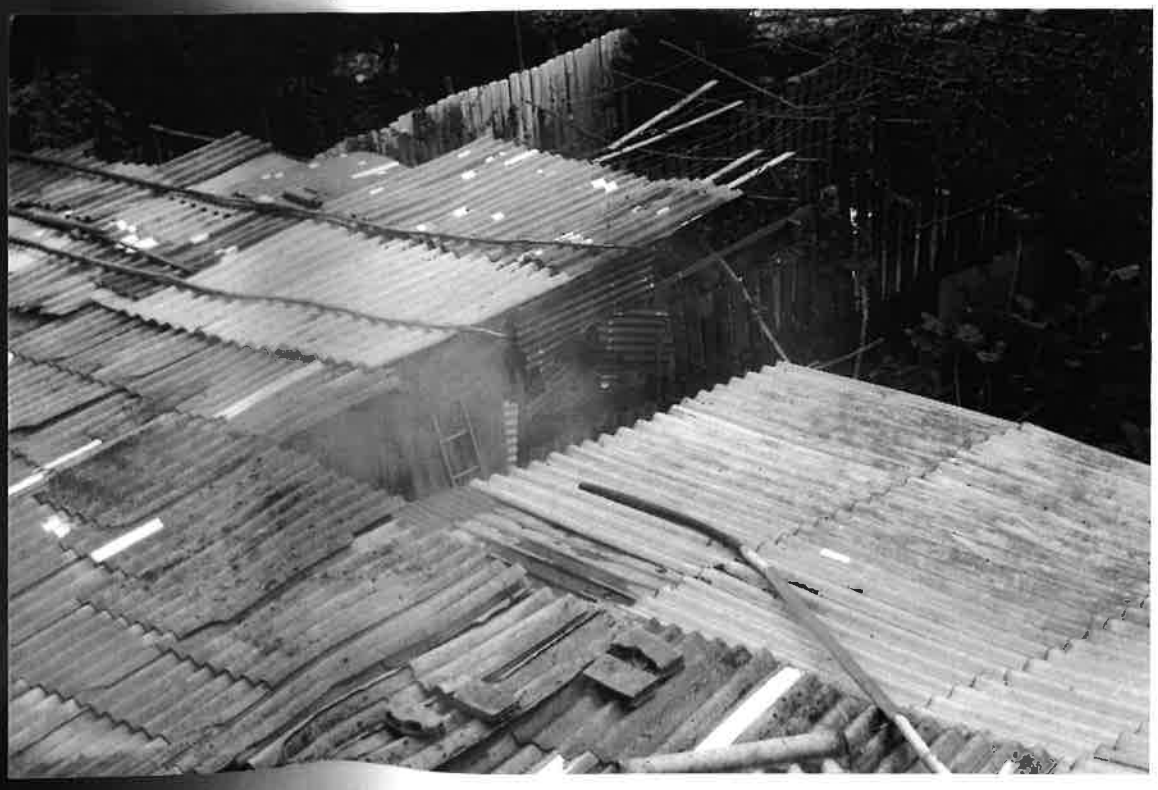
Com os mais respeitosos cumprimentos,
Maria Emília Gonçalves de Freitas Mendes e silva

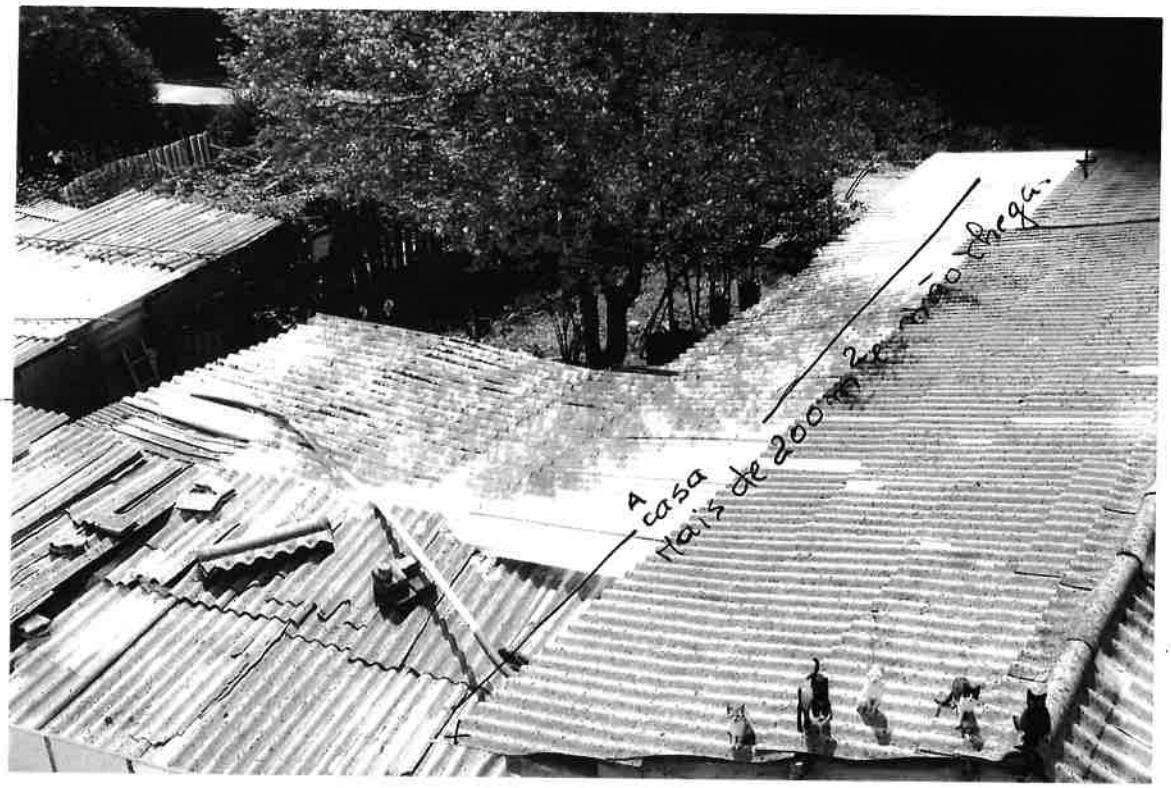
Nogueira da Maia,17 de Abril de 2018.




A casa do Senhor
Para quê a borracha?

os terraços
do ed. Rio




A casa mais de 200m² não chega

Onde prendeu

Documento 15

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome MANUEL JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA

Morada RUA ARTUR NAPOLEÃO Nº 111 1º/C ESQ.

Freguesia SRA DA HORA

Código Postal 4460-246

Contato telefónico 914750715

E-mail manuelsousa.e@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ELOGIO PARA: UMA JOVENTA; TÉCNICO ARQ. SÉRGIO ANTÃO; EXMO SR. VEREADOR PAULO RAMALHO; EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DA HORA

Maia, 19/12/2018

(Assinatura) Manuel José Gonçalves de Sousa

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º

Período de intervenção do público

1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.
2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.
3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.
4. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.

Artigo 50.º

Regras do uso da palavra no período de intervenção do público

1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.
2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.
3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Documento 16 Reg. 57942/18

3.2

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Agenda ficima Sessão Ordinária de 19/12/18

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

ASSUNTO: **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, o presente documento.

Esta Informação sobre a atividade do Município é trazida a V. Ex.as na oportunidade e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2018.

No período de tempo decorrido desde a última vez que me dirigi à Assembleia Municipal, a atividade desenvolvida pelas entidades do universo municipal – Câmara, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais – teve o desenvolvimento que é bem característico do empenho

em tudo o que fazemos tendo sempre em mente o desenvolvimento acelerado, mas equilibrado, do nosso espaço municipal, isto no quadro dos documentos previsionais que enformam e balizam a atividade e a vida do Município.

Passo a referir e a dar nota de alguns aspetos ou ações que, de alguma forma, tiveram maior expressão pública.

1 – No dia 26 de outubro procedemos à inauguração da Obra de reformulação urbanística da Cidade Desportiva da Maia. Com esta intervenção disponibilizámos um singular espaço no centro da cidade que conjuga, integra e relaciona zonas verdes e áreas desportivas com áreas e percursos de lazer, aportando para todo este espaço um conceito bastante distinto e nada comum. Este agora franco espaço vem reforçar a grande oferta de zonas verdes, desportivas e de lazer que ficam ao dispor de todos os nossos Munícipes.

À reformulação ora operada esteve presente uma lógica urbanística ambientalmente mais sustentável, privilegiando uma coerência e uma harmonia entre os seus vários elementos de forma a que o seu uso seja natural, livre de obstáculos (nomeadamente sem os muros preexistentes) com vista a que rapidamente seja apropriado pela População.

2 – O Rio Leça tendo um percurso que, por inteiro, se desenvolve em território metropolitano, tem em si uma importância que extravasa em muito o que representa para os municípios que banha. Todavia, o ecossistema que comporta e alimenta foi, ao longo de muitos anos, negligenciado e maltratado. É certo que na Maia, e desde muito cedo, temos vindo a eliminar os fatores de seu depauperamento de que são exemplo decisivo a construção das ETAR e das redes que recolhem e leva a tratamento as águas residuais produzidas no nosso território.

A problemática à volta do Leça, o seu equacionamento, os projetos e as necessárias intervenções somente são possíveis de serem levadas a bom porto em completa articulação dos municípios que o rio banha. Bem o sabemos.

Assim, e tendo em consideração a importância do Rio Leça no quadro metropolitano, nomeadamente quanto a aspetos ambientais, paisagísticos e de conservação da natureza e, por outro lado, os atributos que possui que podem potenciar mais-valias para os territórios que integram a sua bacia hidrográfica, foi proposto em Conselho Metropolitano de Vereadores do Ambiente da Área Metropolitana do Porto a criação de um Grupo de Trabalho para a Qualificação e Valorização do Corredor do Rio Leça.

Daí resultou o "Plano Intermunicipal para a Recuperação do Rio Leça" que pretende ser estratégico, inovador e capaz de reforçar a coesão dos municípios abrangidos pela bacia hidrográfica do Leça (Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos) tendo em vista a defesa do interesse coletivo da Área Metropolitana, da Região Norte e do País.

Consta de três iniciativas que se complementam:

- Estudo prévio para qualificação e valorização do corredor do Rio Leça – Master Plan;
- Elaboração de um Plano de Comunicação que agregue a marca "Rio Leça" com vista à sua divulgação;
- Formatação de um Caderno de Boas Práticas que estabeleça um conjunto de orientações técnicas para a limpeza e tratamento das margens, requalificação do leito e tratamento da água do rio. A isso acresce uma campanha de sensibilização ambiental para as boas práticas.

A candidatura apresentada pela AM do Porto ao Aviso Norte 14-2016-1 – Património Natural não foi aprovada pela Comissão Diretiva do Norte 2020. Não obstante este contratempo, os Municípios em causa entenderam não abdicar da sua concretização, pelo que avançaram em

conjunto mediante um procedimento de contratação pública a ser lançado pela Área Metropolitana do Porto.

Para o efeito celebrou-se um Acordo de Cooperação que tem por objetivo a operacionalização do "Plano Intermunicipal para a Recuperação do Rio Leça", centrado, ao momento, no "Estudo Prévio para a Qualificação e Valorização do Corredor do Rio Leça – Master Plan".

Os quatro Municípios obrigam-se a fornecer à AM Porto todas as informações e pareceres necessários à execução do objeto do acordo e, bem assim, a contribuir financeiramente, em partes iguais, no custo do contrato que vier a ser estabelecido que terá por valor máximo o de 74.900 € acrescidos de IVA.

Tudo isto é da máxima importância sendo apenas o começo de um processo que nasce da vontade e no objetivo da preservação e requalificação do Leça, tornando-o atrativo e sustentável, sendo uma causa pública pela qual a Maia sempre batalhou.

Este é um acordo inédito que representa uma mudança clara e reflete a união e o comprometimento dos quatro municípios na concretização de um projeto conjunto onde a partilha de um recurso leva à sua corresponsabilização.

Por outro lado, e ainda quanto ao Rio Leça, temos um acordo de entendimento com Matosinhos para a criação de um percurso nas margens

do Leça entre a Ponte de Moreira e a Ponte da Pedra (6,9 Km) estando prevista a recuperação da paisagem e do ecossistema fluvial em toda a sua extensão para além da componente de lazer, fruição e contacto com a natureza.

3 – A Maia está a dar mais um importante passo na recolha separativa de resíduos sólidos. Chegou a vez dos resíduos orgânicos.

A separação, na origem, dos resíduos orgânicos permite o seu encaminhamento direto para a Central de Valorização Orgânica da LIPOR onde, através do processo de compostagem irá alimentar a linha de produção do adubo orgânico comercializado sob a designação de "Nutrimais". Com este procedimento estamos a criar Valor e a contribuir para a "Economia Circular" ao mesmo tempo que reduzimos a quantidade de resíduos indiferenciados entregues para tratamento à LIPOR; isto concorrerá para a diminuição dos nossos custos e, sequentemente, à redução da tarifa de resíduos sólidos que é cobrada aos Munícipes.

No dia 5 de dezembro assinalámos oficialmente o início do projeto piloto implementado numa zona circunscrita na Freguesia de Águas Santas. Ao momento temos 952 pontos ativos através da entrega de contentores dedicados com a capacidade 40 litros para o exterior e de 10 litros para o interior da habitação, sendo a recolha realizada duas vezes por

semana. Após este período de experimentação é nossa intenção estender, rapidamente, o programa a todo o espaço municipal, por forma a que dentro de 3 anos a cobertura seja total.

Por fim e quanto a estas questões de resíduos sólidos deixo duas notas: a primeira para referir que alargámos os períodos de abertura dos Ecocentros de Moreira e de Nogueira estando agora disponíveis 6 dias por semana (de segunda a sábado) por forma a facilitar o acesso a estes centros que são os mais utlizados e que apresentam maiores quantidades de resíduos recolhidos. Por outro lado com isto combatemos a deposição clandestina que, e apesar de absolutamente injustificada, se verifica em períodos de encerramento. A segunda nota para pontuar que, no mês de outubro a Maiambiente recolheu mais de duas mil toneladas de resíduos recicláveis o que constitui um novo máximo mensal absoluto na recolha seletiva no nosso município devendo-se estes resultados, em grande parte, ao empenho dos munícipes que estão cada vez mais sensibilizados para a separação seletiva dos resíduos.

4 – Os dados do desemprego relativos ao mês de Outubro, publicados pelo IEFP, confirmam o trajeto consistente da descida que se verifica no Município nos últimos anos.

O IEFP reporta no nosso Município, em outubro, um total de 4.875 pessoas registadas como desempregadas, sendo menos 191 que no mês de setembro.

Mas, e se compararmos com períodos homólogos, temos:

Em outubro de 2017: 6.195 desempregados;

Em outubro de 2016: 7.662 desempregados;

Em outubro de 2015: 9.116 desempregados;

Em outubro de 2014: 10.339 desempregados.

Ou seja, em quatro anos – de outubro de 2014 a outubro de 2018 – a redução do número de desempregados situa-se em 5.464 pessoas correspondendo a uma diminuição relativa de 53%, o que é um resultado notável para a nossa economia. E no espaço temporal de um ano – de 2017 para 2018 – verificamos que a redução de pessoas inscritas no Centro de Emprego é de 21 %.

A dinâmica empresarial que está presente no nosso Município é muito relevante e o espírito empreendedor está bem cimentado. Neste ano de 2018, e em cada um dos meses, registámos, em média, a constituição de cerca de 40 novas empresas, o que, e levando em conta as que foram dissolvidas ou declaradas insolventes dá uma saldo positivo de cerca de 25 empresas por mês. É certo que muitas destas novas sociedades estão a dar os seus primeiros passos e que o contributo em termos de emprego

não será muito expressivo de imediato, mas o espírito que está presente é esse. Mas outras empresas de maior ou menor porte têm vindo a instalar-se na Maia como é o caso de uma de grande dimensão que está em instalação na Z.I Maia I com um investimento de cerca de 15 milhões de euros em dois anos e que aportará um contributo de mais de 300 postos de trabalho altamente especializados.

Esta é uma relação biunívoca em que o apoio e o acompanhamento da Câmara às intenções de projetos que nos são apresentadas, ou dos que vamos à sua procura, têm correspondência e suporte no ambiente acolhedor e "friendly" que sabemos imprimir aos nossos excelentes espaços de acolhimento empresarial – as nossas Zonas Industriais – onde não nos poupamos a esforços com vista à sua permanente qualificação e melhoramento quer de acessos viários ou de enquadramento ambiental.

5 – A 23ª edição do Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia decorreu, durante dez dias, entre 5 e 14 de outubro, numa iniciativa da Câmara Municipal com a direção artística do Teatro Art'Imagem. Este ano sob o slogan "A Eutanásia da Resignação", contou, pela primeira vez, em vários espetáculos, com interpretação em Língua Gestual Portuguesa o que torna o Festival mais inclusivo e acessível a outros espectadores. Apresentámos 30 espetáculos e tivemos a presença de 25 Companhias

estrangeiras (de Espanha, França, Itália, Reino Unido e Alemanha) que na maioria dos casos apresentaram espetáculos inéditos no nosso País, passando pelo palco sete dezenas de atores apoiados por cerca de 50 profissionais nas áreas de apoio logístico e de produção. A atestar a notoriedade que este nosso festival tem vindo a granjear refiro que o nº de espectadores se situou em 11.450.

6 – No dia 11 de novembro assinalámos o Dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial mediante uma cerimónia no Salão Nobre da Câmara a que se seguiu uma homenagem aos Militares Maiatos que combateram na Grande Guerra através da inauguração de uma laje gravada junto à estátua equestre do Lidador, na Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, que perpetua a gratidão do município aos seus combatentes nesse conflito. Com esta evocação quisemos perpetuar entre nós as memórias dos soldados maiatos que cumpriram uma missão de grande sacrifício pessoal e familiar em condições de enorme dificuldade e de grande penosidade.

7– Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal, bem como uma relação descritiva dos Processos Judiciais em curso (processos de natureza ativa e processos de natureza passiva).

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos – 1.568.216,70

b) Dotações orçamentais – 21.560.867,71

c) Dotações não orçamentais – 4.511.113,95

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Exa e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e os **meus sinceros desejos de que tenham e passem umas Boas Festas**.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 10 DE DEZEMBRO DE 2018,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO)

maia
CÂMARA MUNICIPAL

REPORTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO – a 30 de novembro de 2018

RESUMO DE FLUXOS DE CAIXA

Quadro 1

FLUXOS DE CAIXA novembro de 2018					
RECEBIMENTOS			**PAGAMENTOS**		
Saldo da gerência anterior		**19.731.582,56**	**Despesas Orçamentais**		**57.532.084,39**
Execução Orçamental	15.495.844,11		Correntes	36.034.010,71	
Operações de tesouraria	4.235.738,45		Capital	21.498.073,68	
Receitas Orçamentais		**63.771.878,73**	**Operações de tesouraria**		**3.296.634,15**
Correntes	57.476.907,21				
Capital	6.264.868,68		**Saldo para a gerência seguinte**		**26.256.992,27**
Outras	30.102,84		Execução Orçamental	21.735.638,45	
Operações de tesouraria		**3.582.249,52**	Operações de tesouraria	4.521.353,82	
		87.085.710,81			**87.085.710,81**

Un:Euros

No final do mês de novembro de 2018:

- ✓ Os recebimentos ascenderam a 67.354.128,25 €, dos quais 63.771.878,73 € respeitam a receitas orçamentais e 3.582.249,52 € a operações de tesouraria (onde se incluem as cauções em dinheiro);
- ✓ Os pagamentos totalizaram 60.828.718,54 € sendo que 57.532.084,39 € resultam de despesas orçamentais e 3.296.634,15 € de operações de tesouraria;
- ✓ Do balanceamento das entradas, saídas e do saldo da gerência anterior, resulta um saldo a transitar para o período seguinte de 26.256.992,27 €, sendo 4.521.353,82 € relativos a operações de tesouraria e 21.735.638,45 € relativos à execução orçamental.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

CAMARA MUNICIPAL ISOLADAMENTE

Quadro 2

EVOLUÇÃO DA DIVIDA TOTAL					Variação	
	2015	2016	2017	nov-18	2017/2018	2010/2018
Divida de Natureza Orçamental	**40.516.173**	**33.471.039**	**27.461.832**	**25.790.259**	**-1.671.573**	**-51.136.937**
Divida de Médio e Longo Prazo	36.755.669	29.548.408	23.510.996	21.768.451	-1.742.545	-38.473.045
Divida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	4.021.808	70.972	-12.663.892
Divida de Natureza Não Orçamental	**0**	**13.112.978**	**12.034.573**	**10.958.967**	**-1.075.606**	**10.958.967**
Divida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.958.967	-1.075.606	10.958.967
Divida Total	**40.516.173**	**46.584.017**	**39.496.406**	**36.749.227**	**-2.747.179**	**-40.177.970**
Taxa de crescimento da divida	**20,0%**	**-4,4%**	**-15,2%**	**-7,0%**		**-52,2%**
Natureza Orçamental	**20,0%**	**-17,4%**	**-18,0%**	**-6,1%**		**-39,5%**
Médio e longo prazo	23,7%	-19,6%	-20,4%	-7,4%		-34,4%
Curto prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	1,8%		-133,9%
Natureza Não Orçamental		-	**-8,2%**	**-8,9%**		
Antecipação de Rendas		-	-8,2%	-8,9%		

Un:Euros

À data de 30 de novembro de 2018 verifica-se que:

- ✓ A *Divida Total* ascende a 36.749.227 €, o que representa uma diminuição de (-) 2.747.179 € , ou seja, (-) 7% face à divida existente em 31 de Dezembro de 2017.
- ✓ A *Divida de Médio e Longo Prazo* de natureza orçamental ascende a 25.790.259 €, o que representa um decréscimo de (-) 1.742.545 € face à *Divida de Médio e Longo Prazo* existente no final de 2017, determinando uma variação de (-) 7,4%.
- ✓ A *Divida de Curto Prazo* situa-se em 4.021.808 €, o que reflete um aumento de (+) 70.972 € face ao valor existente em finais de 2017, anunciando um acréscimo de (+) 1,8%.
- ✓ A *Divida de Médio e Longo Prazo* de natureza não orçamental que está associada ao processo de antecipação de rendas ascende a 10.958.967 €, espelha uma redução (-) 1.075.606 € face à dívida de idêntica natureza existente no final de 2017, determinando uma variação de (-) 8,9%.

  Sobre esta matéria reiteram-se as considerações produzidas nos documentos de prestação de contas de 2016 e 2017, designadamente no que refere à recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016.

  Por força desta recomendação, o município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabiliza-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016. Apesar da operação em referência não ter natureza orçamental, dado que assenta em responsabilidades futuras, ou seja, a obrigação da Câmara Municipal é a de entregar as rendas futuras ao consórcio bancário, satisfazendo assim a amortização do valor adiantado. A gestão e cobrança dos créditos é da empresa Espaço Municipal, assumindo contudo o município a

obrigação de em caso de incumprimento pelos arrendatários, os pagamentos em falta. A Câmara Municipal tem ainda o direito a opção de compra sobre os créditos existentes, retomando estes créditos a receitas próprias da autarquia, após pagamento ao consórcio bancário.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 3

ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					Variação
	2015	2016	2017	Novembro 2018	2017/2018
Dívida de Natureza Orçamental	**36.755.669**	**29.548.406**	**23.510.996**	**21.768.451**	**-1.742.545**
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	**33.928.222**	**27.359.613**	**21.802.253**	**21.287.867**	**-514.387**
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	**19.619.182**	**14.268.950**	**9.940.941**	**10.614.305**	**673.364**
CGD - Cessão Posição Contratual FEIF Maia Golfe (8.876.880,48 Eur)	0	0	0	3.988.440	**3.988.440**
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.006.138	2.670.759	1.335.379	0	**-1.335.379**
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.900.295	1.933.530	966.765	0	**-966.765**
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	9.200.000	7.155.556	6.133.333	5.622.222	**-511.111**
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	**3.512.749**	**2.509.107**	**1.505.464**	**1.003.643**	**-501.821**
Estado	3.512.749	2.509.107	1.505.464	1.003.643	**-501.821**
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	**14.309.041**	**13.090.663**	**11.861.312**	**10.673.562**	**-1.187.750**
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	4.359.463	4.033.301	3.699.133	**-334.168**
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.616.318	2.339.294	2.061.342	1.782.909	**-278.433**
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.014.698	6.391.906	5.766.669	5.191.520	**-575.150**
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	**2.827.447**	**2.188.795**	**1.708.743**	**480.584**	**-1.228.159**
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	52.866	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.563.115	2.135.929	1.708.743	480.584	-1.228.159
Dívida de Natureza Não Orçamental	**0**	**13.112.978**	**12.034.573**	**10.958.967**	**-1.075.606**
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	**0**	**13.112.978**	**12.034.573**	**10.958.967**	**-1.075.606**
Banco Santander Totta	0	6.556.489	6.017.287	5.479.484	-537.803
Banco BPI	0	6.556.489	6.017.287	5.479.484	-537.803
Total da dívida de médio e longo prazo	**36.755.669**	**42.661.386**	**35.545.569**	**32.727.418**	**-2.818.151**
Taxa de crescimento	**23,7%**	**16,1%**	**-16,7%**	**-7,9%**	

Un Euros

À data de 30 de novembro de 2018 a *Divida de Médio e Longo Prazo* ao totalizar 32.727.418 € compreende a importância de 21.768.451 € de natureza orçamental e 10.958.967 € de natureza não orçamental:

- ✓ Apresenta no seu cômputo global uma diminuição de (-) 2.818.151 €, (-) 7,9%, face a 31 de dezembro de 2017
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, 50,1% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER)
- ✓ Cerca de 65% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, 33,5% respeita a dívida relativa ao processo de antecipação de rendas, e 1,5% a dívida a Credores de Administrações Públicas – FAM.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 4

EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE CURTO PRAZO	2015	2016	2017	nov-18	Variação 2017/2018	Peso
Fornecedores c/c	372.752	614.798	482.497	755.670	273.173	18,8%
Fornecedores imobilizado	16.196	27.101	134.742	0	-134.742	0,0%
Outros credores	3.371.556	3.280.732	3.333.597	3.266.138	-67.459	81,2%
Total da Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	4.021.808	70.972	100,0%
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	1,8%		
Fornecedores c/c	-33,0%	65,0%	-21,5%	56,6%		
Fornecedores imobilizado	-69,7%	67,3%	397,2%	-100,0%		
Outros credores	-0,7%	-2,7%	1,6%	-2,0%		

Un: Euros

À data de 30 de novembro de 2018 a Divida de Curto Prazo ao totalizar 4.021.808 € espelha:

- ✓ Uma variação de (+) 1,8%, o que em valor absoluto representa um acréscimo de (+) 70.972 €, face ao assinalado no final de 2017.
- ✓ O aumento registado é influenciado por variações heterogéneas das componentes, assinalando-se um acréscimo da rubrica, "*Fornecedores c/c*" (+) 273.173 €, uma vez que as remanescentes registam evoluções contrárias, comportando a rubrica "*Fornecedores de imobilizado*" (-) 134.742 € e "*outros credores*" (-) 67.459 €.
- ✓ Importa todavia assinalar que estes valores, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, se reportam a faturação emitida em datas próximas do final do mês de novembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 6 dias.
- ✓ No montante em divida a "*Outros Credores*" está incluído o débito de 3.171.289 € de comparticipações para investimento à LIPOR que está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação. Deste modo, isoladas que fossem as dívidas de "Outros Credores" que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 30 de novembro de 2018 somaria apenas 850.519 €. Ora, um valor com esta ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

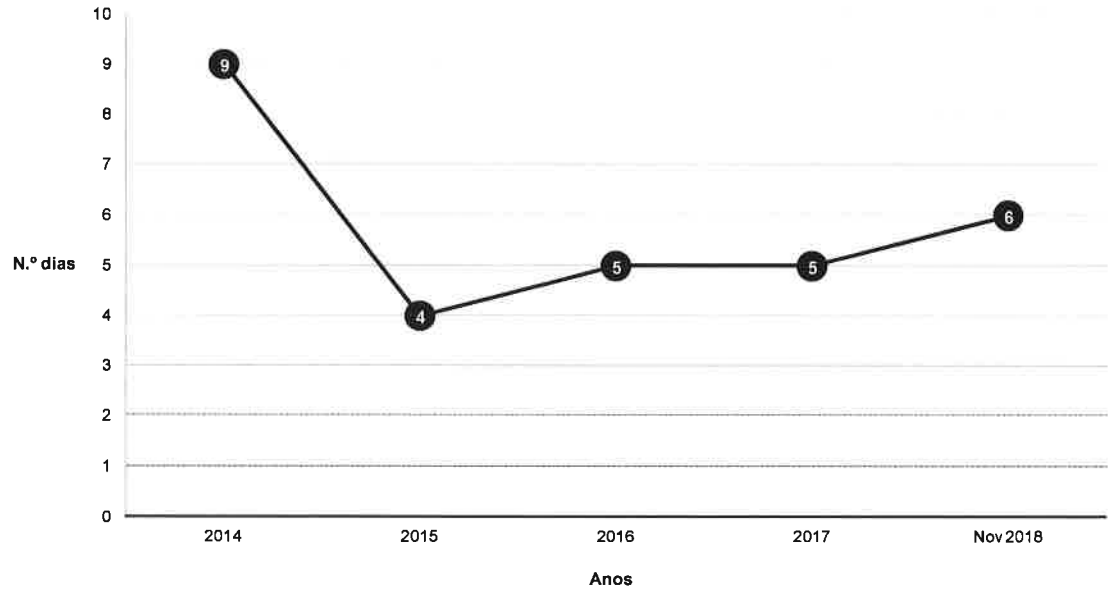
Quadro 5

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO					
	2014	2015	2016	2017	nov-18
$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^{t} DF}{4}}{\sum_{t-3}^{t} A} \times 365$	9	4	5	5	6

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO PAGAMENTO



No final de novembro de 2018 o prazo médio de pagamento era de 6 dias.

CAMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS - 3.º TRIMESTRE DE 2018 (PROVISÓRIO)

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o novo conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal do 3.º trimestre de 2018, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "**Limite da Dívida Total**", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Quadro 6

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos				
	2015	2016	2017	
Município (+)	58.707.375	65.424.408	64.614.800	
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-481.571	-486.209	-515.227	
SMAS (+)	15.618.189	16.368.313	17.250.721	
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-481.515	-486.357	-515.161	
Total da Receita Cobrada Líquida	73.362.477	80.820.155	80.835.133	
Média dos últimos três anos		**78.339.255**		
Limite da Divida Total <=		117.508.883		(*)

Un:Euros

(*) Apuramento de limite a aguardar confirmação da DGAL

Em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.

Quadro 7

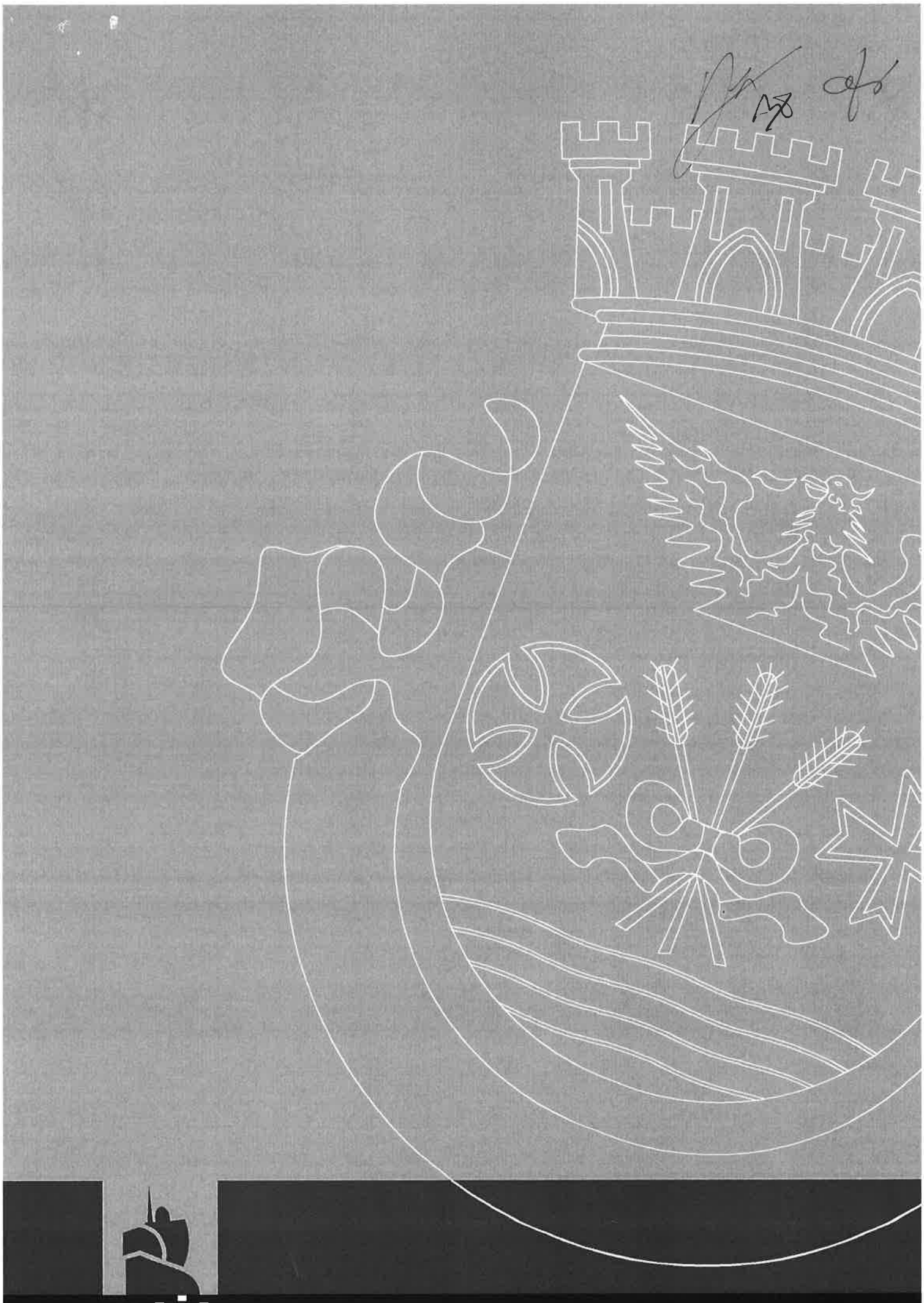
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICIPIO					
	01-jan-18	3.º Trim 2018	Variação		Peso
Identificação		Contribuição	Valor	%	
Município (1)	**37.825.027**	**37.640.715**	**-184.312**	**-0,5%**	**55,1%**
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas	25.790.454	26.482.645	692.191	2,7%	38,8%
Contrato de antecipação de rendas (cessão de creditos)	**12.034.573**	**11.158.070**	**-876.503**	**-7,3%**	**16,3%**
Serviços Municipalizados e Intermunicipalizados (2)	**18.063.995**	**17.597.566**	**-466.429**	**-2,6%**	**25,8%**
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	18.063.995	17.597.566	-466.429	-2,6%	25,8%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	**6.404.388**	**5.722.599**	**-681.789**	**-10,6%**	**8,4%**
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	6.317.008	5.634.282	-682.726	-10,8%	8,2%
Área Metropolitana Porto	0	4.216	4.216		0,0%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	78.205	78.205	0	0,0%	0,1%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	986	3.468	2.481	251,5%	0,0%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (***)			0		0,0%
Maiainova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	748	748	0	0,0%	0,0%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)			0		0,0%
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	7.099	897	-6.202	-87,4%	0,0%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	322	784	462	143,7%	0,0%
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	**1.638.251**	**1.681.230**	**42.978**	**2,6%**	**2,5%**
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0		0		0,0%
Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	0	42.979	42.979		0,1%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1638.251	1638.251	0	0,0%	2,4%
Cooperativas e Fundações (5)	**180.055**	**190.325**	**10.270**	**5,7%**	**0,3%**
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088	3.088	0	0,0%	0,0%
Fundação do Conservatório de Música	130.240	144.758	14.517	11,1%	0,2%
Fundação do Desporto	13.745	5.457	-8.288	-60,3%	0,0%
Fundação da Juventude	27.731	31.772	4.041	14,6%	0,0%
Fundação Serralves	5.251	5.251	0	0,0%	0,0%
Entidades de outra natureza (6)	**14.850.804**	**5.462.914**	**-9.387.889**	**-63,2%**	**8,0%**
FEII Maiaimo	5.462.849	5.462.914	65	0,0%	8,0%
FEII Maiagolfe (*)	9.387.954	0	-9.387.954	-100,0%	0,0%
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	78.962.499	68.295.349	-10.667.151	-13,5%	100,0%
LIMITE LEGAL (8)	117.508.883	117.508.883			
MARGEM ABSOLUTA (9) =(7) - (8)	**-38.546.384**	**-49.213.534**			
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = - (9) * 20%	7.709.277				
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (11) = $(7)_{6}$ *(10)-$(7)_{Trim}$	7.709.277	18.376.427			

Un: Euros

notas:
(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação
(**) Entidade sem início de atividade
(***) a partir de 2018 a DGAL passou a excluir esta entidade do apuramento da dívida

A análise dos dados apresentados no quadro 7 permite concluir que, para o limite de dívida total de 117.508.883 €, no final do 3.º trimestre, a dívida total do município atingiu o montante global de 68.295.349 €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 49.213.534 € e dentro dos limites da margem utilizável.

Comparativamente a 31 de dezembro de 2017 verifica-se no final do 3.º trimestre de 2018 uma diminuição do montante global da divida em (-) 10.667.151 €, isto é, (-) 13,5%.



maia

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES

PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA

À DATA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)		Provisão constituída a 31/12/2017
2588/17.8BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.378,40	VP	Sem provisão
2363/17.0BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	12.680,30	VP	Sem provisão
2843/17.7BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	13.985,67	VP	Sem provisão
567/18.7BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	15.390,47	VP	Sem provisão
926/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	15.777,00	VP	Sem provisão
1241/18.0BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	15 210.67	VP	Sem provisão
43/18.8BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	8.387,64	VP	Novo
1476/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição inicial	13.027,05	VP	Npvo
1860/18.4BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição Inicial	9.834,02	VP	Novo
2049/18.5BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Petição inicial	8.387,64	VP	Novo
2471/18,0BEPRT	António Carlos Pereira da Fonseca Santos	Intimação Judicial para a prático de ato devido	Petição inicial	1.716,97	VA	Novo
626/18.8T8PVZ	Maria Carmo Ferreira Maia	Reinvidicação de bem imóvel/Expropriação/Indeminização	Réplica (Município Maia + Infraestruturas Portugal, S.A.)	365.000,00 €	VP	Sem provisão
2679/17.5BEPRT	Camila Rosa de Moura	Medida Tutela Legalidade Urbanisitica	Petição Inicial	1.000,00	VA	Sem provisão
177/03-A	Maria Albina Sousa Maia	Recurso Contencioso Anulação Operação Loteamento	Peritagem Judicial - Negociação/Transação Judicial - PENDENTE	Perícia	VA	990.000,00 €
1878/16.1BEPRT	Sindicato Nacional Polícias Municipais - Paulo Alexandre Silva Martins	Acção Administrativa - Aplicação Multa Processo Disciplinar	Contestação	180,00 €	VA	0,00 €
1137/12.9BEPRT	Fernando Alberto Ferreira de Araújo	Acidente de Viação	Recurso TCAN	5.580,89 €	VP	5.600,00 €

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES

PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA

À DATA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Padido (VP)		Provisão constituída a 31/12/2017
1857/05.4TBMAI	Dr. António José Maia Moreira Torres - Nó do Jumbo	Parcela de terreno que foi ocupada pelo Municipio -	Acórdão do STJ - CMM foi condenada ao pagamento de uma indemnização que não é possível quantificar.	15.000,00 €	VA	0,00 €
1332/11.8BEPRT	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Declaração Nulidade Projecto de Arquitectura	Acção extrememante complexa com fortes indícios de poder resultar uma condenação com pedido de indeminização - **Realização Perícia**	1.697.185,41 €	VP	1.697.185,41 €
2720/10.2BEPRT	Espaço Urbano - Investimentos Imobiliários, S.A. E Outros	Processo de Impugnção	Impugnação Taxas Urbanísticas	29.444,64 €	VA	29.444,64 €
3254/14.1BEPRT	Teixeira Pereira & Rodrigo Café Snack-Bar, L.da	Ação Administrativa Especial	Suspensão Instância/ Regularização Restaurante	6.000,00 €	VA	0,00 €
2192/12.7BEPRT	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Reclamação Juros de Mora	SentençaFavorável Município/Interposição Recurso TCAN	1.896.466,73 €	VA	124.000,00 €
2687/13.5BERT	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Pedido de Condenação Juros de Mora - Contratos Empreitada	Audiência Prévia	411.570,46 €	VA	0,00 €
738/13.2CEPRT	Gara-Malhas - Confecções, L.da	Acção de Condenação com pedido de indeminização	Processo Findo. Transação Judicial com Aquisição da Parcela de Terreno a favor do Município da Maia.	995.000,00 €	VP	500.000,00 €
985/10.9BEPRT	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Acção Administrativa especial pretensão conexa com actos administrativos	Realização Perícia LNEC	111.474,22 €	VP	111.474,22 €
2561/15.0BEPRT	Fernanda Dias Afonso	Licenciamento Posto Combustíveis	Contestação	30.001,00 €	VA	0,00 €
3423/11.6BEPRT	Fernando Pedroso, L.da e Outros	Acção Administrativa Comum - Forma Ordinária	Suspensão Instância	12.658.623,84 €	VA	0,00 €
2826/11.0BEPRT	Luis Fernandes Rodrigues	Acção admnsitratica Comum- Forma Ordinária	Recurso	30.001,00 €	VA	0,00 €
3468/11.6BEPRT	Matriz - Sociedade de Construções,L.da	Acção Admnistrativa Comum- Forma Ordinária	Recurso - Condenação Junta Freguesia	386.593,52 €	VA	0,00 €
1098/13.7BEPRT	José da Mota Pereira e Outros	Acção Admnistrativa Comum Ordinária	Pedido Indeminizatório -Contestação	185.016,49 €	VA	185.016,49 €
1659/16.2BEPRT	Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo a)	Ação Administrativa	Contestação com Reconvenção	32.578,92 €	VP	Passivo Contingente
2264/16.9BEPRT	Irmãos Borges, S.A. a)	Acção Administrativa	Processo Findo. Transação Judicial com pagamento em prestações do valor de € 750 000,00 a favor do Município da Maia.	10.405.630,20 €	VP	Crédito
1733/17.3BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.471,28	VP	Sem provisão
1940/17.3BEPRT	SN Maia - Siderurgia Nacional, S.A.	Taxa Ocupação Solo	Contestação	14.116,69	VP	Sem provisão

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES PROCESSOS DE NATUREZA PASSIVA À DATA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018						
PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)		Provisão constituída a 31/12/2017
414/17.7BEPRT	Elisabete Maria Ferreira Pimenta	Reclamção Créditos Salariais	Contestação	1.987,42 €	VP	2.000,00 €
2048/18.0BEPRT	Fernanda Isabel Loureiro Morais Leite	Ação Administrativa	Contestação	6.931,26 €	VP	Novo
2263/18,6BEPRT	Jaime Albino Monteiro Silva Machado	Intimação para prestação de informações	Contestação	2.000,00 €	VP	Novo
2071/18.4BEPRT	Arnaldo Paulo Borges Pinheiro	Ação Administrativa	Contestação	1.383,00 €	VP	Novo
5985/13.4TBMAI	Debina Flor Vieira da Silva Cruz e outro(s)	Reinvidicação de bens imóveis	Julgamento a decorrer	27.130.906,12 €	VP	0,00 €
2487/07.1BEPRT	Fazenda Nacional a)	IVA	Aguarda Sentença	4.059.411,10 €	VA	Passivo Contingente
a) Faz parte integrante do relatório de gestão da prestação de contas anual uma nota explicativa sobres estes processos (ver anexos às demonstrações financeiras - nota 8.2.27 - páginas 208 a 210 do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Individuais de 2017)						

MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, INCLUINDO OS PASSIVOS CONTINGENTES					
PROCESSOS DE NATUREZA ATIVA					
À DATA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018					
PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBS	Valor Ação (VA)/ Valor Pedido (VP)	
4/12.0BCPRT	Municipio da Maia a)	Taxas de Aterro	Recurso TCAN	10.701.349,01 €	VA+Reconvenção
1747/15.2BEPNF	Agrupamento Municípios Maia, Gondomar, Paredes, Lousada, Felgueiras	Sistema de Abastecimento de Água Douroe Paiva, S.A. - Águas do Norte, S.A.	Recurso TCA/STA/Unutilidade Superveniente Lide - Alteração legislativa	30.000,01 €	VA
870/11.7BEPRT	Município da Maia	Reclamação Juros de Mora	Recurso	298.234,21 €	VA
Tribunal Arbitral Ad Hoc	Município da Maia	Pagamento Utilização de Equipamento Municipal	Sentença Parcialmente Favorável Município	926.979,03 €	VP
1708/07.5BEPRT	Município da Maia	Processo de impugnação judicial de taxas de publicidade	Mais requerendo a restituição de todas as quantias que até à presente data lhe tenham sido cobradas	206,90 €	VA
2115/04BEPRT	Município da Maia	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da exequente, CMM	609,81 €	VA
271/09.7BEPRT-CB	Município da Maia	corresponde o Processo de Execução Fiscal n.º 10951/08 AP.	Foi apresentada contestação por parte da exequente, CMM	2.631,22 €	VA
135/07.9TYVNG	Município da Maia	Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente	Crédito	342,93 €	VP
2223/12.0BEPRT	Município da Maia	Taxas de Publicidade	Contestação em 15/2/2013	376,80 €	VP
2796/14.3BEPRT	Município da Maia	Protocolo celebrado entre LIPOR e o Município da Maiada Maia	Suspensão Instância	31.901.640,07 €	VA
826/09.0BEPRT	Município da Maia	Impugnação de Taxas	Aguarda Sentença	1.547,13 €	VP
1726/10.6BEPRT	Município da Maia	Impugnação taxas	Sentença Desfavorável Município - Estudo Recurso TCAN	180.430,60 €	VP
2568/10.4BEPRT	Município da Maia	Impugnação de Taxas	Aguarda Sentença	537.515,83 €	VP

a) Faz parte integrante do relatório de gestão da prestação de contas anual uma nota explicativa sobres estes processos (ver anexos às demonstrações financeiras - nota 8.2.27 - páginas 208 a 210 do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Individuais de 2017)

Documento 17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Sessão Ordinária
19/12/18

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

Grandes Opções do Plano e Orçamento 19

INTERVENÇÃO

Sabemos que as GOP/Orçamento traduzem escolhas políticas. Objectivamente, o que o Executivo apresenta será o que defende. Traduz na sua proposta a prossecução do seu programa. Naturalmente não coincidentes com o que defendemos.

Previamente terá de ser dito que os Executivos Autárquicos são gestores da causa pública. No exercício da sua acção têm de ser eficientes na utilização dos recursos postos à sua disposição. Independentemente da sua própria formação politica/partidária e da côr política do Poder Central. Isto é verdadeiro em toda a sua latitude. Se assim não fosse, só o poder monocromático seria condição para a prossecução de políticas de Bem Estar comum. O que nos parece não ser de facto solução, como se tem vindo a demostrar nos últimos anos. Como sabem, não está provada uma diminuição na transferência de fundos do Orçamento do Estado. Mas mesmo que assim fosse a invocação da exiguidade dos meios financeiros transferidos do Poder Central poderá reverter-se. Basta que as relações de poder se alterem. Mas isto é a Democracia a funcionar. Relevante e inportantíssimo é a excelência da gestão. Neste caso, pública e local.

Não se pode ignorar que há de facto um conjuntura económica-financeira nacional que favorece em geral todo o País. O poder autárquico, através dos seus executivos têm, de facto, o dever de, aproveitando esse clima favorável, agir e gerir no sentido de incrementar a qualidade de vida das populações.

Bem sabendo que a metodologia seguida pelo Executivo está sustentada na Lei, não podemos deixar de evidenciar a falta de condições para que a Oposição, em tempo útil, dê contributos que se possam susbstanciar em propostas materializadas nas GOP/Orçamento. Parece-nos que seria manifestação de uma saudável vivência e participação democrática alargada, que permitiria, salvo melhor opinião, que fosse apresentado à Assembleia Municipal um documento mais discutido e eventualmente mais consensualizado, no que fosse possível. Dada a natural diferença de apreciação e soluções respectivas para os problemas. Resultado de um debate prévio que não impediria, de forma alguma, que a final do processo a Assembleia Municipal se pronunciasse de acordo com a legislação e o seu regimento. E aqui sim a discussão se centraria muito mais nos aspectos políticos das opções do que sobre a sua substância.

Em contraponto, temos claramente uma situação em que num curto espaço de tempo tenhamos de apreciar um documento importantíssimo cuja execução terá reflexos na vida das pessoas.

Trazer a este fórum a discussão de quanto mais ou menos se orçamenta neste ou naquele *item* é esquecer no fundamental a relevância das escolhas políticas e o que lhes subjaz.

Por exemplo que escolhas para o sector da Habitação, Saúde/Apoios Sociais/Educação/Juventude e Desporto/Transportes/Ambiente.

As nossas diferenças de opções é não identificarmos nestes documentos uma aposta clara do Executivo na prossecução de políticas amigas do Ambiente, dando como exemplo o edifício da Câmara.

Não esperávamos um enunciar de ideias e intenções em ruptura com o que nos foi apresentado o ano passado. Mas é verdade, que este documento poderia incorporar soluções para problemas levantados ao longo do ano nesta Asembleia. Por exemplo: por que não está contemplada uma solução mais arrojada para a intervenção no Bairro do Sobreiro? Por que não é possível, com a ajuda de fundos comunitários, desenhar e materializar uma solução arquitectónica global inteligente, com utilização de materiais de ponta, amigos do Ambiente e que proporcione uma verdadeira revolução no *habitat* dos seus residentes? Que traduza uma verdadeira aposta na transformação radical deste equipamento social.

Em junho deste ano trouxemos aqui uma recomendação ao Executivo a implementação no Concelho um processo de Orçamento Participativo, que foi rejeitada pela maioria. Com certeza todos se lembrarão das declarações do Sr. Deputado António Silva, sobre a mesma. Face ao que foi dito, de forma tão veemente, esperávamos que para 2019 o Executivo, apoiado pela maioria, apresentasse uma proposta de Orçamento Participativo e em consequência a respetiva afetação de meios financeiros. O que não acontece.

Maia, 19 de dezembro de 2018

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Francisco José Couto Silva
Manuel Sá Pimenta

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Documento 18

GRUPO MUNICIPAL
Grandes Opções do Plano e Orçamento

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento definem os objectivos estratégicos de desenvolvimento económico e social, traduzidos na opção política deste Executivo.

Algumas considerações que destacamos:

- A construção do Centro Comunitário do Sobreiro reveste-se de grande importância na acção social.

- Os investimentos no Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta.

- Ainda não será no próximo ano que as associações zoófilas serão equiparadas com as outras associações de cariz social, no respeitante a subsídios financeiros.

- Constatamos, com alguma surpresa, que no Plano Plurianual de Investimentos para 2019 na rubrica 2.4.6 – Preservação do ambiente e conservação da natureza está contemplada uma verba de 4.489.825 euros a que corresponde uma redução de 23% face ao orçamentado em 2018. A responsabilidade ecológica deverá ser um dos pilares da gestão de uma autarquia ambientalmente responsável.

- O CEBEA – Centro de Excelência e Bem Estar Animal da Maia só estará em funcionamento, na melhor das hipóteses no ano de 2022. Presumimos que este investimento foi projectado para responder ao número elevado de animais de companhia que precisam de ser alojados no CROACM em consequência da lei 27/2016 – que proíbe o abate de animais errantes como forma de controlo. O CROACM – Centro de Recolha de Animais de Companhia da Maia não tem capacidade nem condições de bem-estar animal. É necessário e urgente a implementação de uma Estratégia de Políticas de Protecção Animal.

Concluindo, este documento autárquico reflecte algumas políticas que privilegiamos mas não contempla nenhumas das nossas propostas que consideramos de grande importância, pelo que não terá a nossa aprovação.

Maia, 19 de Dezembro de 2018

Pessoas - Animais – Natureza

(GM PAN)

Clara Lemos

Documento 19

MAIA EM PRIMEIRO

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia Municipal da Maia,

Ex.mas Secretarias da Assembleia Municipal da Maia

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal da Maia,

Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes

Ex.mos Senhores Deputados, Exmo. Publico aqui presente e que nos vê lá em casa

---

A coligação "Maia em Primeiro" apresentou-se às eleições autárquicas, ~~realizadas~~ com um compromisso, claro, de confiança e de estabilidade para uma comunidade harmoniosa, realizada e ainda mais feliz.

Compromisso que foi inequivocamente entendido pelos eleitores ao proporcionar-lhe uma maioria, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, fruto de todo um trabalho desenvolvido pelos executivos anteriores nas diversas áreas e matérias onde detém competências legais.

Uma das áreas que tem vindo a merecer por parte do Município uma atenção prioritária é a área da Educação e, por isso, a representar, cerca de 12% da despesa orçamentada para o município para o ano de 2019.

Consciente da importância que a Educação detém na construção de uma sociedade mais justa, mais competente e mais tolerante, as grandes opções da coligação "Maia em Primeiro" para o quadriénio 2017/2021 no que a esta matéria concerne apontava, claramente, não apenas para a continuação do investimento até à data promovido, mas também para a implementação de novas medidas, inovadoras ao nível da educação pública, particularmente dirigidas para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo do ensino básico.

Resultante deste desiderato, o documento que nos é apresentado com as Grande Opções do Plano para 2019, mostra-nos, em linha com o ocorrido nos anos anteriores, também para a educação, as ações e intenções do executivo municipal para o ano em causa.

Desta forma, merecem particular destaque, em termos de investimentos, as seguintes ações, entretanto já concluídas e empreendidas:

- Conclusão da obra de requalificação da EB1/JI de Ferreiró;
- Inicio da obra de requalificação da EB1 de Moutidos;
- Abertura do procedimento concursal para a EB2/3, S Dr. Vieira de Carvalho;
- Inicio da obra de requalificação da EB2,3 da Maia;

Alberto Carlos Santos **Maia, 19 de Dezembro de 2018**

- Inicio da obra de requalificação da EB2,3 de Gueifães

Destacam-se, igualmente, alguns investimentos já executados ou em fase de conclusão:

- Escola EB1/JI de Parada;
- Escola EB1/JI de Enxurreiras;
- Escola EB1/JI de Gueifães 2;
- Escola EB1/JI de Ferronho;
- Escola EB1/JI de Pedrouços;

Encontra-se concluído o levantamento de necessidades ao nível do conforto dos recreios (piso e coberturas) e do conforto térmico das salas.

Está, também, concluído o levantamento de pequenas intervenções (conservação e manutenção) que urge executar nos edifícios da rede pública de educação pré-escolar e 1CEB.

Em termos de implementação de novas medidas dirigidas para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo do ensino básico, destaca-se:

- Disponibilização de caderno digital às crianças da educação pré-escolar da rede pública e da rede solidária e aos alunos do 1.º Ciclo da rede pública;
- Lançamento do projeto de promoção do sucesso escolar, INEDIT.MAIA Inclusão pela Educação – Investimos em Ti, na sequência da sua aprovação;
- Implementação do projeto-piloto ao nível do 3º ano escolar, no âmbito dos ambientes educativos inovadores - "salas do futuro". Um projeto desenvolvido em articulação com os Agrupamentos Escolares e a FAPEMAIA, sob supervisão da Universidade do Minho.
- A definição e implementação de um novo programa de atividades para a rede pré-escolar, no âmbito das AAAF - atividades de animação e apoio à família, com implementação do contacto com a língua inglesa, em articulação com a ESE – Escola Superior de Educação, com os agrupamentos escolares e a FAPEMAIA;
- Desenvolvimento e implementação de um novo programa de Atividades de Enriquecimento Curricular, vulgarmente designado por AEC´s, em colaboração com os agrupamentos de escolas e a FAPEMAIA, através de um processo negocial longo e difícil, centrado nas crianças e privilegiando a sua qualidade e atratividade. A Câmara disponibiliza uma nova atividade, para além das 3 financiadas pelo ME.

Através da criação de uma Newsletter mensal distribuída a mais de 4.000 agentes educativos concelhios, partilhando as ações mais relevantes, procurou-se aproximar e melhorar a comunicação entre a comunidade educativa, aproximando, de forma definitiva "a aldeia necessária para educar uma criança" e que na Maia é uma realidade há muito conquistada.

Alberto Carlos Santos **Maia, 19 de Dezembro de 2018**

Deve-se realçar o permanente espírito de colaboração entre o Município, os Agrupamentos de Escolas, a FAPEMAIA e a comunidade educativa em geral, fator fundamental para o sucesso das políticas educativas a implementar no Concelho da Maia.

Na área da Ciência desenvolveu-se e implementou-se em cooperação com o "IPATIMUP" e a BIAL, no âmbito do projeto "Maia Crescer com a Ciência", o Labs Maia, um verdadeiro Laboratório de Ciência, no espaço da quinta da gruta, e cujo sucesso é já uma realidade.

A educação continua a ser vista como prioridade, continua a ser vista como um investimento e não como um custo, representando (dentro das funções sociais) 15% da estrutura funcional das GOP para 2019, traduzindo, de forma clara, que a preocupação com o futuro das crianças e jovens maiatos continua a ser uma prioridade.

Enaltece-se a educação de qualidade idealizada para o nosso município, sustentada pelo fundamental trabalho em rede, mas, também, com a necessária coragem e determinação para a implementar, ressalvando a necessidade do estabelecimento de prioridades com a necessária definição do respetivo envelope financeiro para a sua concretização. Por isso, se continuam a definir, no orçamento de 2019, as respostas às necessidades urgentes identificadas, por todos os intervenientes do processo educativo

Podemos fazer mais? Sem dúvida. Podemos sempre! Mas, será que podemos realizar mais do que é possível encontrar envelope financeiro para a sua concretização? Não senhores deputados, não podemos! Temos que ser sérios e perceber que, na gestão da coisa publica, só podemos prometer aquilo que é possível realizar, e, mais do que isso, que o orçamento é finito e, assim, têm que se estabelecer prioridades.

Perante o exposto, a Coligação "Maia em Primeiro" vota a favor das GOP, também no que respeita às opções tomadas para a área da educação.

Votos de um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de sucessos e realizações!

DISSE!

A Coligação "Maia em Primeiro".

Alberto Carlos Santos

Maia, 19 de Dezembro de 2018

Documento 20

MAIA EM PRIMEIRO

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia e demais elementos da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia e demais membros do executivo aqui presentes,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caros Maiatos,

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019, apresentados hoje para discussão e aprovação na Assembleia Municipal, preveem um conjunto de investimentos há muito esperados pelos Maiatos, que irão marcar, de forma decisiva, o mandato autárquico 2017-2021.

O executivo municipal transmite, desta forma, uma mensagem de forte comprometimento com os eleitores, uma vez que se começam a concretizar muitas das medidas e propostas apresentadas nas últimas eleições autárquicas e sufragadas pela maioria dos Maiatos.

Nesta intervenção política que fazemos sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2019 do Município da Maia, iremos focar a nossa atenção nos projetos/ações que se enquadram no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Durante o ano de 2019, iremos ser testemunhas de várias intervenções que visam a promoção de estratégias de baixo teor de carbono, que incluem a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. Contemplamos, ainda, a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e a revitalizar a cidade.

Dentro desta visão, destaco as seguintes ações/intervenções, que concretizam candidaturas realizadas no âmbito do PEDU, e já aprovadas, com uma comparticipação comunitária na ordem dos 85%:

- a criação de uma rede estruturada de infraestruturas de parqueamento para bicicletas e implementação de ações de sensibilização sobre a problemática da mobilidade sustentável;

- a conclusão do prolongamento do Ecocaminho da Maia, desde as "Avenidas Paralelas" (ligação ao Centro da Cidade da Maia) à estação de Metro de Mandim (Área de Acolhimento Empresarial da Maia I);

- a promoção da segurança e inclusão nos circuitos pedonais no acesso aos principais equipamentos escolares;

- a criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável em algumas artérias do centro da Cidade da Maia (Rua Altino Coelho e na Avenida D. Manuel II);

- a reabilitação urbana da Praça 5 de outubro, no Castêlo da Maia;

- a reabilitação do espaço público e urbano de algumas ruas do centro da Cidade (rua D. Deolinda Duarte dos Santos, rua D. Clotilde Ferreira da Cruz e de vários espaços do Bairro do Sobreiro);

- a implementação do Maia SMART Lab, que tem como principal objetivo disponibilizar um espaço único e que se assumirá, desde o primeiro momento, como um local de excelência para a partilha de experiências, conhecimento e, até, produtos. Neste local, qualquer pessoa poderá procurar as ferramentas necessárias para prototipar um produto que tenha desenvolvido, para reparar um produto avariado ou para dar nova vida a um artigo que aparentemente esgotou a sua vida útil.

O aproveitamento destas ações, que irão incrementar a qualidade de vida urbana da Maia, por via do aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis é uma estratégia com a qual concordamos, uma vez que permite canalizar recursos do município para outros âmbitos, que não são contemplados por fundos comunitários, e preparam a nossa terra para um futuro que se quer mais ecológico, mais inteligente, mais económico, em suma, mais sustentável.

Muito obrigado pela atenção.

Maia, 19 de dezembro de 2018.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

Documento (21)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

Ao longos dos últimos anos, direi mesmo ultimas décadas, a CM, com os seus Planos de Actividade e Orçamentos, tem desenvolvido, de uma forma sustentada e visível, o concelho da Maia, tornando-o todos os dias um concelho mais atractivo quer para as empresas quer para as famílias, que de uma forma continua e constante optam pela Maia para se instalar e aqui viverem.

A Maia e os Maiatos orgulham-se de terem tido executivos autárquicos capazes, com visão estratégica e com um relacionamento de proximidade com todos os Maiatos e é por isso que lhe vão confiando em mandatos sucessivos a governação do Concelho.

E é com este sentimento por parte dos autarcas da Coligação Maia em Primeiro, que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos orgulho do passado e queremos continuar a ter este mesmo orgulho no futuro.

Não estamos nem estaremos preocupados com aqueles que nos acusam de não termos uma estratégia para a Maia. Estaremos preocupados é com aqueles que nos tem encantado com discursos populistas mas que nos amarram a um futuro cheio de incertezas, como no passado recente em que nos prometeram um futuro de sonho e que quando acordamos começamos a viver um pesadelo, que para muitos não foi mais que um trampolim para saltar por cima desse passado terrível, como se nada tivesse acontecido.

Abordando agora o Plano e Orçamento Para 2019, começo por referir que este documento reflecte as preocupações do executivo para com as carências e os anseios dos Maiatos, tendo em conta o cenário de recuperação económica e social, muito ténue, que hoje vivemos.

Este Orçamento comparativamente com o do ano anterior, regista um aumento de cerca de 10% o que é bem demonstrativo do rigor e dos cuidados que este executivo demonstra na sua elaboração e nos condicionalismos que ainda nos são impostos por todos os constrangimentos de ordem económica e financeira, dos quais não nos podemos alhear.

Constatamos igualmente que, pese embora o facto do executivo ter vindo a reduzir o peso da despesa corrente, a mesma ainda se mantém elevada, mas também temos consciência que parte dessa despesa se refere a custos com o Pessoal e reduzi-la drasticamente acarretaria problemas sociais que sacrificaria os maiatos e nessa medida compreendemos o esforço do executivo.

E é dentro deste cenário que a CM elaborou de uma forma clara este plano e Orçamento, dirigido essencialmente para as pessoas, mas não esquecendo quer o equilíbrio das finanças da CM, quer o investimento.

E perante estes pressupostos queremos realçar o facto de estarmos perante um quadro de crescimento económico, ainda muito débil e paralelamente muito instável, o executivo não esquece as suas responsabilidades numa área tão sensível, como é a área social, e que em nosso entender deve e está a ser privilegiada neste orçamento, basta ver os valores orçamentados para as Funções Sociais, que cresceram cerca de 8 M€, onde destacamos a Educação e a Habitação.

Queremos realçar igualmente os valores orçamentados para as Funções Económicas onde se destaca a previsão do custo com a Iluminação Pública com cerca de 2,6 milhões de euros, os custos com a rede viária, conservação e pavimentação cujo custo orçamentado ronda os 3,6 milhões de euros, a Mobilidade sustentável onde se prevê gastar 3,4 milhões de euros e faço referência a estes valores porque não estando enquadrados nas Funções Sociais, não deixam de ser importantes para a qualidade e conforto dos Maiatos.

Estes são alguns dos valores orçamentados, dirigidas essencialmente ás pessoas e ao sector económico, cujos valores representam mais de 50% deste orçamento, isto é, para que os Maiatos possam de alguma forma, poder usufruir das boas condições de vida que a CM lhes tem garantido ao longos dos anos.

Quanto á receita, queremos referir o cuidado que o executivo demonstra em manter o nível de receita que lhe permita suportar a despesa e manter a capacidade de investimento.

Por último, é com agrado que verificamos que o executivo tem tido uma gestão rigorosa tendo em vista a consolidação orçamental e das finanças do Município sendo de realçar o esforço feito no sentido da redução do endividamento, que nos últimos anos tem sido de um nível bastante apreciável, o que demonstra bem a capacidade deste executivo e dos anteriores na gestão do Município.

Sr. Presidente da Câmara, a Maia confiou, e confia em si.

Os Maiatos acreditam em si, e o que esperam de si, é que com a sua humildade, com o seu rigor, com a sua competência e com o seu sentimento de proximidade com todos os Maiatos, continue a fazer deste concelho um concelho de referência onde possamos continuar a dizer, vale a pena viver na Maia.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 19/DEZ/2018

(Cândido Graça)
(Partido Social Democrata)

Documento (22)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Sessão Ordinária
19/12/18

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

Ponto 3.5 - Plano Plurianual de Investimento - SMAS/19

INTERVENÇÃO

Para economia de tempo na análise e tratamento da informação será útil que os mapas apresentem dados comparativos com os valores do Orçamento anterior.

No elenco das despesas ressalta a verba classificada com o Código 020214 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria. No ano passado a verba orçamentada nesta rubrica mereceu, por parte do Bloco de Esquerda, um pedido de esclarecimento. Agora que esta verba mais que duplicou e considerando a resposta em 2018 ao nosso pedido, merece também a nossa atenção, reparo e crítica.

Consideramos que o anunciado programa de eficiência na rede de distribuição, estivesse desde já refletido no orçamento a redução do tarifário aos consumidores. O que não acontece.

No documento apresentado pelo Sr. Presidente a esta Assembleia acerca da atividade municipal (Ponto 3.2) é salientada a importância das ETARs instaladas no corredor do Rio Leça. Comungando desta preocupação verificamos que não há por parte do Executivo a previsão de investimentos, de forma a solucionar as reclamações cada vez mais frequentes das populações próximas da ETAR de Parada.

Maia, 19 de dezembro de 2018

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Francisco José Couto Silva
Manuel Sá Pimenta

Documento (23)

Exm. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

O Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2019, á semelhança do Plano e Orçamento da Câmara, são documentos elaborados com rigor e transparência o que significa que os SMAS continuarão a pautar os seus investimentos no interesse dos Maiatos, apresentando aqui um orçamento realista e equilibrado o que denota seriedade e rigor na sua elaboração.

A Despesa Corrente, é suportado pela Receita Corrente que assenta fundamentalmente em valores das vendas de água e outros serviços inerentes ao consumo da mesma. Quanto á despesa de capital, é superior á receita de capital sendo a diferença suportada pela poupança na despesa corrente.

Relativamente ao investimento convém realçar a percentagem de cerca de 23 %, que pode parecer baixa, mas se atendermos ao facto de no concelho os investimentos ao nível da rede de saneamento básico e abastecimento de água serem de praticamente de 100%, então facilmente compreenderemos que os cerca de 23 % é sem sombra de dúvidas uma boa taxa de investimento.

Lê-se na declaração de voto dos senhores Vereadores da Coligação Um Novo Começo, que, e passo a citar " considerando que os SMAS da Maia nos seus exercícios orçamentais revelam rendimentos disponíveis, os mesmos deveriam ser alocados á promoção da coesão social " fim de citação. Ou seja, distribuir agora, para no futuro pedir a devolução em dobro. Já um governo que por acaso era do Partido Socialista, adoptou esta fórmula. Havia disponibilidade orçamental e distribuiu-se pelos funcionários públicos e passados alguns meses todos fomos obrigados a devolver em dobro, pela generosidade da Troika, por isso, senhor Presidente da Camara, não vá nessa conversa, porque pode sair caro aos maiatos.

Em suma, não podemos deixar de enaltecer os SMAS, pela forma como tem servido o concelho e estamos convencidos vai continuar a servir os Maiatos e a ser uma referência nesta área de interesse vital para as pessoas.

Por tudo isto, iremos votar favoravelmente estes documentos, na perfeita convicção de com este voto continuamos a prestar um excelente serviço aos SMAS, á CM e aos Maiatos.

Maia, 19/DEZ/2018

(Cândido Graça)
(Coligação " Maia em Primeiro ")

Documento (24)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Sessão Ordinária
19Dez18

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

IMI - FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2019
IMI FAMILIAR 2019

INTERVENÇÃO/DECLARAÇÃO DE VOTO

De acordo com o Artº 112º do Código do IMI os municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal majorar ou reduzir taxas do IMI.

Tomando em linha de conta o aumento das receitas pela não actualização dos escalões do IRS, entendemos que o Município da Maia tem condições para reduzir o IMI.

Aplaudimos a decisão do Executivo na redução do IMI, embora pequena, a aplicar aos prédios urbanos destinados à habitação própria e permanente. Também, à atenção dada à particular situação dos agregados familiares com deficientes. ~~Contudo a proposta relativa aos agregados com ddeficientes, fica aquém das expectativas. Porque é restritiva. Não responde à situação de outros cidadãos deficientes cujas percentagens são inferioriores à que agora se fixa~~.

O Bloco de Esquerda está de acordo com políticas amplas de âmbito familiar. Com regras que, de facto, não criem situações de injustiça relativa. Note-se que o Executivo, na sua proposta, e tal como aconteceu no ano anterior, não as acautela. Propomos, tendo em conta o IMI Familiar que nos é apresentado, que seja fixada uma redução de 20 €, por cada dependente, independentemente dos existentes no agregado familiar, desde que o o rendimento deste, em sede de IRS, não ultrapasse 50.000 €.

É visível no Concelho a degradação do parque imobiliário e até sinais de abandono. Citando aquele Código (ponto 8, artº. 112º) *"os municípios podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais, os que, face ao estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens"*. Assim o Bloco de Esquerda defende aumento do IMI aplicável aos imóveis degradados, de acordo com o articulado atrás citado. O que não acontece na proposta do Executivo.

Assim, fica demonstrado que Bloco de Esquerda não acompanha a maioria das decisões tomadas pelo Executivo nesta matéria e submetidas a esta Assembleia. Pelo que vai votar contra.

Maia, 19 de Dezembro de 2018
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Francisco José Silva
Manuel Cristóvão Pimenta

Documento 25

1/3

Assembleia Municipal da Maia

5ª Sessão Ordinária,

Paços do Concelho, 2018.12.19

Ponto 3.8 da Ordem de Trabalhos

Tributação do Património: Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação das taxas a aplicar no ano de 2019, para cálculo da coleta de IMI do exercício de 2018 (alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013)

Intervenção do Deputado Municipal **JOSÉ PAULO RODRIGUES CERQUEIRA** da coligação **MAIA EM PRIMEIRO**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Exmas Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal;

Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal;

Caros Companheiros Deputados a esta Assembleia;

Estimados Maiatos;

O IMI, é um imposto municipal que recai sobre o Valor Patrimonial Tributário dos prédios urbanos e rústicos e que constitui fonte de financiamento direta das câmaras municipais. A taxa de IMI é fixada anualmente por cada um dos municípios, tendo que se posicionar, nos prédios urbanos entre os 0,3 e 0,45%. Já os prédios rústicos são tributados a uma taxa única nacional de 0,8%. Isto, salvo, as previstas exceções.

Cumprindo os requisitos legais, é-nos remitido pelo Executivo o deliberado sobre a matéria em apreço para que sobre ela nos pronunciemos nesta Assembleia.

Deliberou então a Câmara Municipal: baixar de 0,385 para 0,38% a taxa a aplicar às habitações próprias e permanentes dos sujeitos passivos, manter em 0,385% a taxa a aplicar aos prédios urbanos não enquadráveis da situação anterior, aplicar uma taxa reduzida de 0,375% aos prédios destinados a habitação própria e permanente de sujeitos passivos com deficiência ou com deficientes a cargo com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e também, manter a aplicação do denominado "IMI familiar", que se consubstancia numa redução de 70€ no IMI a pagar por famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.

Ou seja, propõe-nos a Câmara Municipal que, relativamente à taxa de IMI aqui aprovada para o corrente ano de 2018, aprovemos alterações para o próximo ano que se consubstanciam: numa diminuição na principal taxa de IMI de cerca de **1,3%** e na introdução de uma discriminação positiva para os sujeitos passivos de IMI, com grau de deficiência anteriormente descrito na ordem dos **2,6%**. Em paralelo, que aprovemos que se mantenha o denominado "IMI familiar" para famílias com 3 ou mais dependentes, introduzido no ano passado.

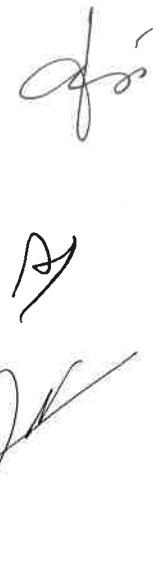
Esta taxa de IMI proposta fixa-se a meio do hiato legal permitido e iguala a média das taxas de IMI dos 17 municípios da área metropolita do Porto [redacted].

Propõe-nos a Câmara Municipal aprovar alterações ao IMI, que aplicadas aos Valores Patrimoniais Tributados em 2018, estima-se, trouxessem uma diminuição de receita para a cofres da autarquia superior a 283.000€. Sendo que este é o valor que os munícipes passivos de IMI deixam de pagar e que passa a ser rendimento disponível para as suas famílias.

Propõe-nos também, e é importante relembrar, que aprovemos pelo segundo ano consecutivo a efetivação do compromisso eleitoral assumido pela coligação Maia em Primeiro, no sentido da redução deste custo aos maiatos.

E nós, aprová-las-emos!

Não, que não quiséssemos estar aqui a aprovar alterações ao IMI, que permitissem aos munícipes aumentar ainda mais o seu rendimento disponível, à custa da diminuição deste imposto. Mas também porque não esquecemos que esta é a maior fonte de financiamento da Câmara Municipal, pesando quase 25% nas suas receitas, e onde muito pequenos ajustes na taxa, significam grandes alterações na coleta.



Saudamos a unanimidade da aprovação destas medidas em sede de Câmara Municipal, o sentido de responsabilidade de todos os vereadores eleitos, revelando real consciência da importância do deliberado relativamente à taxa de IMI.

A bancada da coligação Maia em Primeiro, saúda também o esforço do executivo em dar continuidade a um processo quase ininterrupto de diminuição da taxa de IMI, iniciado em 2013 e fazemos votos, para que se mantenham fieis a este processo podendo gradualmente fazer os ajustes orçamentais necessários para que a taxa de IMI na Maia se aproxime, a cada ano que passa, dos mínimos legais.

Disse.